



**Foro Iberoamericano y del Caribe  
Mejores Prácticas**



## **ESTUDO DE CASO:**

**Organização Socioprodutiva de Lideranças  
Jovens em Áreas Rurais e Estuarinas  
do Território do Baixo Sul da Bahia**



**INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM**

Superintendente Geral	Paulo Timm
Diretora Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR Centro de Referência Melhores Práticas – CRMP	Tereza Cristina Barwick Baratta
Supervisão Centro de Referência Melhores Práticas	Marlene Fernandes
Coordenação	Carlos Alberto Silva Arruda
Elaboração do Estudo de Caso	Agatha Priscila Cotrufo Kuiper
Apoio Administrativo	Selma Rodrigues

## Agradecimentos

À toda a equipe do Instituto Terraguá  
pelo carinho e atenção com os quais me receberam  
e me atenderam nas minhas solicitações.

Aos jovens do Projeto  
que muito me ensinaram e abriram minha sensibilidade  
para perceber o que não se vê simplesmente com os olhos.

Ao meu marido Camiel que,  
com paciência e muito amor, suportou, entendeu e apoiou  
os três meses de comprometimento de nosso tempo em comum  
revertido para o desenvolvimento deste trabalho.

E, especialmente, à Angela Gonçalves,  
coordenadora geral e mentora do projeto,  
companheira constante, parceira solícita, colega incansável que,  
entre conversas a varar a noite, telefonemas extensos e e-mails entre viagens,  
nunca deixou de atender às solicitações feitas,  
informando, encaminhando, esclarecendo e facilitando  
tudo que estivesse ao seu alcance  
para a boa consecução deste estudo de caso.

Através de seus visionários olhos e suas apaixonadas palavras,  
aprendi muito sobre empreendedorismo social,  
percebendo a realidade do Instituto Terraguá  
e admirando sua trajetória, geométrica e exitosa.  
Um grande exemplo de onde pode chegar uma organização  
que busca servir aos que realmente precisam.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>1. CARACTERIZAÇÃO</b> .....	<b>8</b>
1.1. O Território do Baixo Sul da Bahia.....	8
1.1.1. Biodiversidade.....	9
1.1.2. História.....	10
1.1.3. Os Habitantes .....	10
1.1.4. Potencialidade Local.....	12
1.2. O Instituto Terraguá .....	13
1.2.1. Apresentação.....	13
1.2.2. Ampliação de Parcerias .....	14
1.2.3. Projetos Iniciais.....	14
<b>2. AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PRÁTICA</b> .....	<b>16</b>
2.1. Ampliando Direções.....	16
2.2. Novas Ações.....	17
2.3. Fortalecimento do Capital Social .....	18
2.4. Desenvolvimento Socioprodutivo.....	18
2.5. Projeto Escola da Terra .....	19
2.6. A Prática Replicada em outros Territórios .....	20
2.7. Programas para toda a Comunidade.....	22
2.8. Consolidação da Prática .....	24
2.9. Avançando para Novos Horizontes.....	27
<b>3. METODOLOGIA DE PESQUISA</b> .....	<b>30</b>
3.1. A Natureza da Pesquisa .....	30
3.2. Caracterização da Pesquisa .....	30
3.2.1. Pesquisa Documental .....	31
3.2.2. Pesquisa de Campo.....	31
3.2.2.1. Observação Participante.....	31
3.2.2.2. Entrevistas .....	31
3.2.2.3. Questionários .....	32
3.2.2.4. População/Sujeitos .....	32
<b>4. AVALIAÇÃO DA PRÁTICA</b> .....	<b>33</b>
4.1. Impactos .....	33
4.2. Motivação.....	38
4.3. Parcerias.....	39
4.4. Sustentabilidade .....	41

4.5. Grau de Implementação e Instrumentos de Monitoramento.....	45
4.6. Pioneirismo .....	47
4.7. Inovação .....	48
4.8. Replicabilidade.....	50
4.9. Transversalidade .....	50
<b>5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIA.....</b>	<b>53</b>

## APRESENTAÇÃO

A cada dia cresce o interesse dos brasileiros em conhecer as experiências bem-sucedidas na promoção do desenvolvimento local sustentável e na melhoria das condições de vida da população brasileira.

A divulgação desse conhecimento e experiências brasileiras no âmbito social intensificou-se a partir do apoio do Governo Brasileiro na implementação da Agenda Habitat Nacional, compromisso internacional assumido em 1996 pelo Brasil na Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos Habitat II em Istambul, Turquia. A partir de então, inicia-se a participação do Brasil no Programa BLP (*Best Practices and Local Leadership*) e no Prêmio Global de Excelência às Melhores Práticas, patrocinado a cada dois anos pela municipalidade de Dubai, em colaboração com o Centro das Nações Unidas Para os Assentamentos Humanos (Habitat).

Para selar este compromisso e promover a disseminação de projetos sociais brasileiros, a Caixa Econômica Federal criou em 1999 o Programa Caixa Melhores Práticas em Gestão Local, visando identificar, documentar, avaliar, premiar e difundir as melhores experiências em gestão local, resultantes de ações e projetos nos quais a CAIXA tenha atuado como parceira, financiando, repassando recursos ou prestando apoio técnico.

Desta forma, a CAIXA pretende incentivar a adoção de práticas semelhantes que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos.

Desde 1999, a parceria do Centro de Referência Melhores Práticas do IBAM com a CAIXA tem complementado intensamente o arcabouço de conhecimento gerado a partir da elaboração de estudos de caso e de manuais de orientação para a replicabilidade das práticas premiadas.

O estudo de caso aqui apresentado denominado **Organização Socioprodutiva de Lideranças Jovens em Áreas Rurais e Estuarinas do Território do Baixo Sul da Bahia (Escola das Águas)**, realizado pelo Instituto Terraguá, foi semifinalista do Prêmio Melhores Práticas Gestão Local da CAIXA 2007, concorrendo com 273 outros projetos brasileiros, e um dos 20 finalistas do prêmio de 2009, recebendo o troféu de Melhor Prática da CAIXA e o Prêmio Caixa Melhores Práticas em Gestão Local pelo segundo ano consecutivo.

A elaboração deste trabalho teve como fundamentação a compreensão e análise de variáveis de diversas dimensões da Prática, de acordo com a orientação do Termo de Referência para Realização dos Estudos de Caso preparado e adotado pelo IBAM a partir de 2000.

Este trabalho de pesquisa será apresentado no Fórum Ibero Americano e do Caribe Sobre Melhores Práticas de 2010. Tal Fórum foi instituído em 1997 pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) com o patrocínio do Governo da Espanha e tem como parceiros, além do IBAM, várias instituições internacionais comprometidas com a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida de cidades e comunidades. O Fórum busca identificar, divulgar e transferir lições aprendidas de práticas bem sucedidas em diversos países da América Latina e do Caribe, ampliando a discussão e contribuindo para que ideias inovadoras de projetos sociais sejam disseminadas, não somente entre técnicos e responsáveis, mas também

para a sociedade civil, mostrando as diversas possibilidades de se assegurar um futuro sustentável para as próximas gerações.

O estudo de caso apresentado adequa-se ao conceito de Melhores Práticas como contribuição relevante uma vez que:

- apresenta impacto visível e tangível na melhoria da qualidade de vida das populações/comunidades envolvidas;
- representa o resultado de parceria efetiva entre os setores público, privado e as organizações da sociedade civil, ponto forte no projeto apresentado;
- comprova sustentabilidade em termos sociais, humanos, econômicos e ambientais;
- produz conhecimento novo e sistematizado, apontando as lições aprendidas.

Em relação à organização e apresentação do trabalho, foi utilizada a seguinte estrutura:

O primeiro capítulo busca caracterizar o território onde foi desenvolvido o projeto, em relação aos aspectos de biodiversidade, históricos, sociais e econômicos, e caracterizar a organização realizadora do projeto, sua origem, desenvolvimento, primeiras iniciativas e parcerias.

Em seguida, o segundo capítulo aborda como ocorreu a ampliação e a consolidação da prática estudada, a evolução do projeto em relação às metodologias empregadas, amplitude das comunidades atendidas, organização e desenvolvimento socioprodutivo dos grupos de jovens protagonistas, a replicabilidade da prática em outros territórios e as novas diretrizes adotadas pelo Instituto Terraguá atualmente.

No capítulo três apresenta-se a metodologia utilizada pela autora para a pesquisa realizada, sua natureza e caracterização, os instrumentos utilizados e o perfil dos entrevistados e pesquisados.

No capítulo quatro, a Prática é avaliada segundo as variáveis estratégicas de análise prescritas no Termo de Referência: impactos, motivação, parcerias, sustentabilidade, grau de implementação, pioneirismo, inovação, replicabilidade e transversalidade. Foram apresentados depoimentos de autoridades municipais, de jovens das comunidades envolvidas, de parceiros locais e da equipe do projeto, utilizados também como instrumento de avaliação.

O capítulo cinco traz as principais conclusões e as considerações finais com respeito à Prática, caminhos encontrados e lições aprendidas durante a execução do projeto.

Os mapas da região e tabelas produzidas ou abstraídas de materiais consultados estão distribuídos ao longo do texto.

Espera-se que o conhecimento exposto por este estudo seja proveitoso e repleto de ideias e fatos que possam ser utilizados, aprendidos e, principalmente, replicados.

Boa leitura!

## 1. CARACTERIZAÇÃO

### 1.1. O Território do Baixo Sul da Bahia

O Baixo Sul da Bahia localiza-se na região costeira do Estado da Bahia, a cerca de 100km ao sul da capital, Salvador. É também conhecida como a Costa do Dendê.

Seu território é composto por 11 Municípios: Cairu, Camamu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Taperoá, Presidente Tancredo Neves e Valença. Juntos abrigam uma população total de mais de 270 mil habitantes, conforme dados apresentados na Tabela 1 (IBGE, 2007).

Tabela 1 – População dos Municípios do Território do Baixo Sul

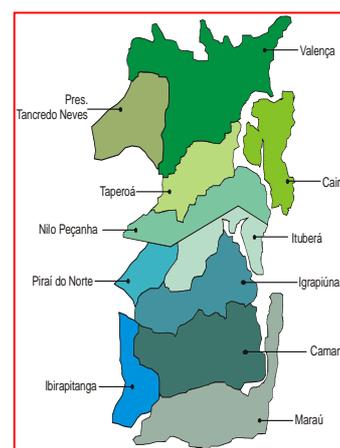
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
Cairu	13.712
Camamu	32.172
Ibirapitanga	23.197
Igrapiúna	13.246
Ituberá	23.530
Maraú	17.029
Nilo Peçanha	12.531
Piraí do Norte	8.897
Presidente Tancredo Neves	22.684
Taperoá	18.217
Valença	84.931

Fonte: Tabela estruturada pela autora a partir dos dados do IBGE Contagem da População 2007

Os municípios apresentam características comuns nos aspectos ambiental, sociocultural, geoeconômico e histórico-urbanístico configurando toda a área que ocupam como um território homogêneo.

Diante das características de homogeneidade verificadas para a Microrregião, desenvolveu-se o princípio da “territorialidade” o que permite e aconselha uma abordagem microrregional para o tratamento estratégico de projetos e programas de natureza político-social, sempre com o intuito de potencializar as forças e superar as fraquezas existentes nos municípios abrangidos.

Desta forma, a maioria das ações realizadas pelos poderes públicos e organizações do terceiro setor é trabalhada numa lógica de integração territorial no Baixo Sul da Bahia.



### 1.1.1. Biodiversidade

Recortado por ilhas, estuários e baías profundas e coberto por grandes remanescentes de Mata Atlântica é uma das regiões de maior diversidade ambiental e paisagística do país.

São aproximadamente 120.000 hectares de manguezais (berçários de diversas espécies de peixes, crustáceos e moluscos) o que justifica o fato de que cerca de 20% da população local (mais de 40.000 pessoas) dependa, direta ou indiretamente, da produção e/ou comercialização de frutos do mar.

A grande importância da diversidade natural da região levou o governo estadual a criar cinco Áreas de Proteção Ambiental – APAs<sup>1</sup>. São elas: APA do Guaibim (Valença), APA do Arquipélago de Tinharé (Cairu), APA do Pratigi (Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Ibirapitanga e Piraí do Norte), APA da Baía de Camamu (Maraú e Camamu) e APA “Caminhos da Boa Esperança” (Taperoá, Nilo Peçanha, Cairú e Valença).

No entanto, sua gestão constitui-se em um grande desafio, como pode ser verificado na Tabela 2, pois os principais problemas passam pela questão da educação ambiental e falta de compromisso da administração pública dos municípios na gestão do meio ambiente local. A necessidade de assegurar o desenvolvimento com qualidade de vida para suas comunidades deve vir aliada a conservação dos recursos naturais existentes e os interesses políticos e econômicos tem se sobreposto aos interesses socioambientais na região.

Tabela 2 – APAS do Baixo Sul: Importância e Conflitos

Nome/área estimada	Importância	Principais Conflitos Ambientais
<b>APA Caminhos da Boa Esperança (230.296ha)</b>	Criada com o objetivo de garantir a qualidade ambiental do território através do disciplinamento no uso e ocupação do solo. Funciona também como zona de amortecimento para a Estação Ecológica Wenceslau Guimarães.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desmatamento</li> <li>- Caça predatória</li> <li>- Ocupação de Área de Preservação Permanente</li> </ul>
<b>APA Guaibim (2.000ha)</b>	Apresenta remanescentes de Mata Atlântica e é importante manancial. A faixa de praia é um grande atrativo da região, o que se traduz em acelerado processo de ocupação da zona costeira.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lançamento de esgotos domésticos nos corpos hídricos</li> <li>- Ocupação desordenada</li> <li>- Desmatamento</li> </ul>
<b>A APA de Tinharé/Boipeba, (43.300ha)</b>	Ainda apresentam um alto grau de preservação de seus ecossistemas pela dificuldade de acesso; cada vez maior ocupação turística.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desmatamento</li> <li>- Retirada de areia</li> <li>- Ocupação desordenada</li> <li>- Pesca predatória</li> </ul>
<b>APA do Pratigi (85.686ha)</b>	Proteger as restingas e manguezais característicos do ecossistema da Mata Atlântica, que contribui para a estabilidade do sistema hidrográfico microrregional, incluindo a Cachoeira da Pancada Grande, importante atrativo turístico da região.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aterro de manguezais</li> <li>- Desmatamento</li> <li>- Uso indiscriminado de agrotóxicos</li> <li>- Captura e caça de animais silvestres</li> <li>- Pesca predatória</li> <li>- Ausência de saneamento básico</li> </ul>

<sup>1</sup> Unidade de conservação mais pertinente, à disposição do Poder Público, para o ordenamento das atividades econômicas e sociais

<b>APA Baía de Camamu (118.000ha)</b>	Preservar os manguezais, assegurando a diversidade genética da fauna e flora nativa e seus processos evolutivos; proteger as águas doces, salobras e salinas; proteger os remanescentes de floresta ombrófila.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desmatamento de manguezais</li><li>- Invasão de áreas de preservação permanente</li><li>- Drenagem de áreas alagadas</li><li>- Ocupação desordenada do solo</li><li>- Substituição da vegetação nativa por monoculturas de coco.</li></ul>
---------------------------------------	--	--

Fonte: estruturada pela autora a partir dos dados do site da Secretaria de Meio Ambiente da Bahia: [www.semarnh.ba.gov.br](http://www.semarnh.ba.gov.br) - 2010

### 1.1.2. História

O Baixo Sul da Bahia é uma das regiões de mais antiga colonização no Brasil. Sua ocupação começou em meados do século XVI, visando abastecer de alimentos a recém fundada cidade do Salvador.

Com uma histórica importância estratégica, sempre foi alvo de invasões e lutas, e utilizada para o tráfico clandestino de escravos e para a construção de estaleiros e abrigo de embarcações.

Nas décadas de 1980 e 90, em função dos reduzidos padrões de produtividade da agricultura local, da crise da lavoura cacaueteira e dos baixos preços do cravo, do látex e do guaraná, a maioria das famílias, não conseguindo sobreviver no meio rural, foram buscar nos manguezais e no mar a fonte de recursos e de alimentação. Tal fato contribuiu para que as pequenas cidades do Baixo Sul crescessem desordenadamente.

Em decorrência de tais fluxos migratórios, da falta de políticas públicas adequadas e da diminuição dos produtos do extrativismo, observou-se a partir de então uma degeneração na qualidade de vida da população do Baixo Sul. Esta situação pode ser mensurada por meio do baixo Índice de Condição de Vida<sup>2</sup> (ICV) local. Quando é inferior a 0,5 (linha de pobreza), como em todos os Municípios do Baixo Sul, representa baixa condição de desenvolvimento humano e qualidade de vida (IBGE, 2000).

### 1.1.3. Os Habitantes

A maioria dos habitantes no Baixo Sul da Bahia vive em comunidades localizadas à beira dos canais do estuário, com pouco ou nenhum acesso à educação, saúde e transporte. A renda familiar média é inferior a um salário mínimo.

Nos últimos 20 anos, o Baixo Sul da Bahia passou por uma contínua perda de importância política e econômica, acarretando um empobrecimento crescente da população. A população local encontra-se limitada tanto no acesso a bens de consumo como na garantia de direitos fundamentais de cidadania, o que a obriga a manter práticas econômicas de baixíssima produtividade. Tal realidade traz um lamentável quadro social que apresenta nível educacional, produtividade do trabalho, qualidade de vida e renda local muito baixos.

---

<sup>2</sup> Índice calculado a partir de uma metodologia desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-Brasil), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação José Pinheiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este índice busca medir o desenvolvimento de áreas geográficas e suas respectivas populações, usando como parâmetros cinco variáveis socioeconômicas: longevidade, educação, infância, renda e habitação.

No Censo 2000, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento constatou que o Índice de Desenvolvimento Humano<sup>3</sup> (IDH) médio de quase todos os municípios do Baixo Sul, segundo apresentado na Tabela 3, encontra-se abaixo da média do Estado da Bahia (0,626), que por sua vez encontra-se abaixo da média nacional (0,764). No cotidiano, vê-se que a população vivendo em estado de pobreza passou a compor as paisagens do Baixo Sul da Bahia, conforme mostra a Tabela 4, através do índice de Incidência de Pobreza<sup>4</sup> de cada um dos municípios do Baixo Sul, ressaltando que em 2002 o índice médio do Brasil era de 35,67%, sendo 30,24% na zona urbana e 64,34% na zona rural.

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano: Municípios do Território do Baixo Sul

Município	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	IDHM Educação 1991	IDHM Educação 2000
Cairu (BA)	0.516	0.639	0.479	0.515	0.434	0.708
Camamu (BA)	0.513	0.624	0.449	0.502	0.455	0.675
Ibirapitanga (BA)	0.458	0.601	0.424	0.483	0.382	0.668
Igrapiúna (BA)	0.468	0.601	0.444	0.467	0.352	0.642
Ituberá (BA)	0.499	0.620	0.458	0.533	0.493	0.700
Maraú (BA)	0.489	0.594	0.454	0.534	0.410	0.580
Nilo Peçanha (BA)	0.451	0.592	0.454	0.488	0.388	0.717
Piraí do Norte (BA)	0.452	0.605	0.45	0.459	0.312	0.661
P. Tancredo Neves (BA)	0.442	0.605	0.407	0.509	0.363	0.681
Taperoá (BA)	0.463	0.606	0.422	0.499	0.400	0.694
Valença (BA)	0.561	0.672	0.534	0.588	0.575	0.758

Fonte: estruturada pela autora a partir de dados do site do Programa das Nações Unidas Desenvolvimento Brasil 1991 e 2000

Tabela 4 – Incidência de Pobreza dos Municípios do Território do Baixo Sul

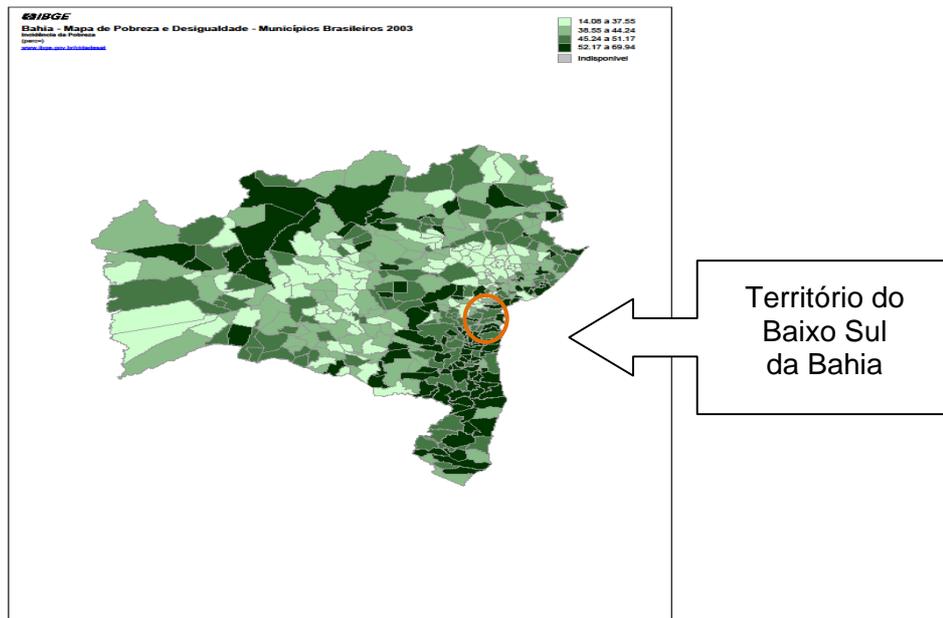
MUNICÍPIO	PERCENTUAL
Cairu	66,85%
Camamu	51,69%
Ibirapitanga	54,25%
Igrapiúna	63,31%
Ituberá	55,93%
Maraú	55,60%
Nilo Peçanha	44,09%
Piraí do Norte	50,73%
Presidente Tancredo Neves	50,37%
Taperoá	51,09%
Valença	47,70%

Fonte: estruturada pela autora a partir dos dados IBGE Cidades Mapas de Pobreza e Desigualdade Municípios Brasileiros 2003

<sup>3</sup> Medida comparativa que engloba três dimensões (riqueza, educação e esperança média de vida) e avalia o bem-estar de uma população. O índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

<sup>4</sup> Percentual da população que se encontra abaixo da linha da pobreza, vivendo com menos de 1 (um) dólar por dia.

Mapa da Bahia: Incidência da Pobreza



Fonte: Mapa IBGE Cidades Mapas de Pobreza – [www.ibge.gov.br/cidades](http://www.ibge.gov.br/cidades) (marcação do território realizada pela autora)

#### 1.1.4. Potencialidade Local

Contrastando às baixas condições de vida, estão as inúmeras oportunidades de desenvolvimento oferecidas pelas riquezas naturais do território, como a produção de peixes e mariscos, cacau, palmito, piaçava, dendê, guaraná, mandioca, cravo-da-índia, pimenta e látex, entre outras culturas agropecuárias.

Desta forma, o território apresenta enorme potencial de desenvolvimento, com vocação natural para agricultura e pesca como maiores forças econômicas e bem como um potencial latente para o turismo.

As condições climáticas microrregionais permitem grande diversificação agrícola com a produção de cacau, dendê, guaraná, cravo-da-índia, piaçava, mandioca, palmito, látex, pimenta-do-reino, dentre outros produtos, e o manguezal permite a extração de diversos tipos de crustáceos, peixes e mariscos.



O turismo local vem crescendo, principalmente o turismo de lazer com destinos já consolidados nacional e internacionalmente como Morro de São Paulo e Boipeba (Cairú) e Barra Grande (Maraú). Existe um potencial latente a ser explorado em relação ao ecoturismo e turismo de aventura devido à grande riqueza em recursos naturais (cachoeiras e corredeiras) e pela singularidade cultural.

Sendo assim, diversas atividades econômicas são possíveis de serem desenvolvidas harmonicamente no Baixo Sul.

## 1.2. O Instituto Terraguá

### 1.2.1. Apresentação

Desde 2001, alguns técnicos e profissionais interdisciplinares atuavam em projetos socioambientais junto a organizações de pescadores, agricultores, lideranças comunitárias e agentes sociais, visando o desenvolvimento local integrado e sustentável da região.

Então, em 14 de julho de 2003, foi criado o Instituto de Tecnologia Socioambiental do Baixo Sul da Bahia, uma OSCIP<sup>5</sup> cujo nome fantasia é **Instituto Terraguá**.

Nos dias 12 e 13 de setembro de 2003, o Instituto Terraguá realiza a primeira oficina de elaboração do Planejamento Estratégico, com a participação de 25 sócios definindo, além da missão institucional, seus princípios e valores e o foco de atuação estratégica da entidade.

Sendo assim, a missão do Instituto Terraguá é *“Contribuir para o desenvolvimento local e sustentável de territórios, considerando a participação e o fortalecimento de pessoas e grupos*

---

<sup>5</sup> Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, Lei n°.790 de 23 de março de 1999.

*sociais nos processos políticos, econômicos e culturais e fomento de políticas e práticas comprometidas com o progresso econômico solidário e sustentável de territórios” (Planos e Diretrizes do Terraguá, 2010).*

O Instituto Terraguá tem como princípios norteadores: **Mobilização Social**, construção de parcerias e articulações de uma determinada região territorial, integradas em seis dimensões: ambiental, cultural, econômica, social, intergeracional e política; **Educação para o Desenvolvimento**, possibilitando indivíduos e grupos a participarem como atores sociais na construção do desenvolvimento sustentável de seu território; e **Desenvolvimento de Tecnologia** que possa ser reaplicada em comunidades rurais e rurais-urbanas, agregado aos valores culturais territoriais e as condições socioeconômicas sustentáveis.

Os valores que permeiam o cumprimento dos propósitos da Instituição são: honestidade, transparência, responsabilidade, solidariedade, comprometimento com o social, respeito às diversidades, humildade e cooperação.

Sendo assim, durante o ano 2004, o Instituto Terraguá construiu e fortaleceu sua identidade, organizando documentação, elaborando projetos, participando de editais públicos, articulando com outras ONGs, movimentos populares, grupos produtivos e entidades de classe, discutindo e planejando o conceito e as ações comuns de desenvolvimento sustentável.

### 1.2.2. Ampliação de Parcerias

As articulações realizadas levaram o Terraguá a estabelecer importantes parcerias e realizar várias ações, principalmente relacionadas à área da pesca e agronegócios, junto a entidades como Associação de Pescadores de Taperoá (APTA), Associação Beneficente dos Pescadores do Baixo Sul da Bahia, (ABPESCA), Comissão Pastoral da Pesca (CPP), Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR), Instituto Floresta Viva, Sindicato de Pesca do Baixo Sul da Bahia, Colônia de Pesca de Igrapiúna, Agência de Agronegócios e Comercialização – AACAF, Cooperativa de agricultores de Ituberá e Baixo Sul – COOAIBASUL e Bahia Pesca, entre outras. Os vários eventos, cursos, fórum de discussões, encontros e seminários em que o Terraguá participou, apoiou e promoveu, contribuíram para o aumento da experiência, capacitação e formação da equipe, o que em muito ajudaria na execução de futuros projetos do Instituto.

### 1.2.3. Projetos Iniciais

Em 2004, o Terraguá participou do processo de seleção pública do Programa Petrobrás Fome Zero e teve seu projeto **Maricultura Sustentável** aprovado.

O Projeto tinha como objetivo geral “organizar jovens, filhos e filhas de pescadores e marisqueiras, e seus parceiros adultos em pequenos negócios aquícolas, por meio da difusão de tecnologias sustentáveis de cultivo, da participação e da organização social, visando, em essência, ao incremento de um modelo de desenvolvimento sustentável do Território Baixo Sul, sob a forma associada ou cooperativada, estimulando a construção e consolidação de uma cultura empreendedora, para que as comunidades pesqueiras possam ter aumentado sua renda e oferta de trabalho”. (Projeto Maricultura Sustentável, 2004).

Seu foco principal era a transferência da tecnologia de cultivo de peixes e ostras para jovens, filhos e filhas de pescadores e marisqueiras e apoio em sua organização social, considerando os princípios da economia solidária e gestão participativa.

A escolha pelo trabalho com os jovens foi assertiva, uma vez que 65% dos habitantes do território do Baixo Sul da Bahia têm até 29 anos e 50% encontram-se na faixa etária inferior aos 20 anos (IBGE, 2000).

Este foi o grande marco de atuação executiva do Instituto Terraguá na utilização de sua rede social construída e estabelecida e na consolidação de sua missão. Em 2005, foram formados e preparados 26 jovens no cultivo de peixes em represa e 14 jovens na criação de ostra em estuário (1ª Etapa do Projeto).

Os beneficiários diretos do projeto eram jovens de assentamentos e comunidades rurais dos municípios de Igrapiúna e Camamu que, através do método de Inclusão Qualificada, participaram de um Programa de Formação de Jovens nos níveis Básico, Específico e Extensão perfazendo 244 horas de capacitação teórica, além das aulas práticas em campo e atividades complementares (música, instrumentos, cantos e prática de Capoeira).

A partir do sucesso da 1ª Etapa do Programa, em 2006 o convênio foi renovado por parte da Petrobras e ampliado o patrocínio com a entrada da participação da empresa norueguesa StatoilHydro.

Desta forma, foi possível a ampliação do projeto através da criação da **Escola das Águas**, espaço de estudo e prática de tecnologias sustentáveis, abertas para a formação, qualificação e troca de experiências de grupos de produtores, objeto de pesquisa deste Estudo de Caso de Boas Práticas.

## 2. AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PRÁTICA

### 2.1. Ampliando Direções

Com a renovação e ampliação dos convênios com os patrocinadores, a partir de 2007 a prática pôde ser ampliada em todas as direções.

O Projeto Escola das Águas, considerado uma continuidade do Projeto Maricultura Sustentável, tinha como objetivo geral propiciar, para os jovens das comunidades ribeirinhas e rurais, qualificação geradora de renda e de fortalecimento das unidades de produção familiares, através da implantação de núcleos produtivos solidários e sustentáveis pela cultura da cooperação.



Primeiramente, concebeu-se a importância e a necessidade de se ter um espaço estruturado para a formação das pessoas envolvidas e integração das ações, chamado de Escola das Águas. Desta forma, as comunidades envolvidas poderiam ter esse local como referência ao participar de capacitações, laboratórios e práticas comuns, além de poderem se integrar com membros de outras comunidades.

Em 2007, foi concluída a construção da primeira etapa do espaço físico da Escola das Águas composta por: uma cozinha, uma área para alimentação, uma sala de processamento de peixe, duas salas e sanitários. A construção seguiu as normas de acessibilidade para pessoas com deficiências, conforme NBR-9050. Esse empreendimento contou com o patrocínio da Petrobras e StatoilHydro.

Para a segunda etapa foi planejada uma unidade de beneficiamento e um espaço multiuso aberto e interativo para a realização de atividades integrativas, de arte-cultura, encontros das comunidades e eventos diversos.

A amplitude do projeto também foi estendida: de duas comunidades (Ponta e Acural em Igrapiúna e Assentamento Zumbi dos Palmares em Camamu) para mais oito comunidades em Igrapiúna (Fazenda Sítio Bom Viver, Genipapo, Fazenda Andaiá, Fazenda Pedra Mole, Limoeiro, Limeira 1 e Limeira 3) e mais uma em Camamu (Acará), totalizando o envolvimento de 13 comunidades no projeto.

Em relação aos jovens que participaram em 2005 do Programa de Formação, 31 foram selecionados para o Programa de Educação Continuada. Somados aos jovens incluídos no projeto das novas comunidades participantes, foram capacitados 85 jovens na faixa etária de 16 a 24 anos.

O Programa de Formação de Jovens foi ampliado de 244 horas para 400 horas, reformulando o currículo em dois núcleos (Básico e Específico) e incluindo mais 100 horas de participação voluntária na comunidade.

Em relação ao cultivo de peixes, o número de tanques-rede passou de 12 tanques instalados na 1ª Etapa do Projeto para 24 tanques, com capacidade para produção de 2 toneladas/mês. No cultivo de ostras, foram implantadas mais 44.000 sementes de ostra nativa, totalizando 100.000 ostras distribuídas em 02 módulos.



Também a atividade de Capoeira, iniciada na 1ª Etapa, ampliou-se e sofreu ajustes importantes. Foram estabelecidos três grupos distintos e com objetivos diferentes: *Recreação*, para participantes até 12 anos; *Formação*, para participantes entre 13 a 18 anos; e *Produção*, para participantes maiores de 16 anos.

## **2.2. Novas Ações**

Com a ampliação do Projeto e os exitosos resultados alcançados, outras ações se fizeram necessárias, sempre na busca da participação e do fortalecimento de pessoas e grupos sociais através do desenvolvimento local sustentável do território, meta principal do projeto.

Visando preparar melhor as pessoas envolvidas na aplicação do Programa de Formação, foi realizada uma Oficina de Formação de Educadores, contando com a participação de 22 pessoas, alinhando ações e pensamentos em prol da juventude rural com as ações estratégicas da Escola das Águas.

A inclusão digital passou a ser uma necessidade desses jovens que estavam se preparando e se capacitando na gestão de seu próprio negócio coletivo. O Projeto possibilitou em 2007 a criação de 4 centros de informática próximo às comunidades. Posteriormente, em 2009, foi instalado o Centro Digital de Cidadania (CDC<sup>6</sup>), para os jovens das comunidades estuarinas do Baixo Sul,



localizado em Igrapiúna, na sede da Escola das Águas. Instalado com a infraestrutura de 11 (onze) computadores, incluiu cadeiras específicas para acessibilidade de pessoas com deficiência física, além de material didático para ser trabalhada a inclusão digital de forma pedagógica.

Nas comunidades de Acural e Ponta foram realizadas oficinas de construção de hortas orgânicas e educação ambiental. As hortas foram realizadas pelos jovens e em pouco tempo refletiram em renda, além de consumo para as famílias.

### **2.3. Fortalecimento do Capital Social**

Com o pensamento estratégico de visão de futuro sendo trabalhado e alimentado nos jovens através das oficinas de Empreendedorismo e Associativismo/Cooperativismo, foi apoiada e orientada a criação de quatro Associações de Jovens Produtores, legalmente constituídas, com o intuito de que aqueles que cultivam tilápia e ostra estejam formalmente preparados para, em 2007, iniciarem a fase da comercialização dos produtos.

O Projeto contou com o apoio do *Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas* (SEBRAE) e o *Serviço Nacional de Aprendizagem Rural* (SENAR) na busca do aperfeiçoamento destes jovens na gestão de seus empreendimentos sociais.

Foram então realizadas oficinas com o propósito do fortalecimento do capital social agregado na atuação dos jovens junto às comunidades e sua organização, considerando a perspectiva de construção das estruturas comunitárias e gestão.

Através destas oficinas, que envolveram 70 jovens das diversas comunidades, foram construídos quatro Planos de Desenvolvimento Comunitários.

### **2.4. Desenvolvimento Socioprodutivo**

A partir do estabelecimento das Associações de Jovens e sua gestão independente, tendo o Instituto Terraguá como apoio, os jovens queriam ampliar seu empreendimento coletivo,

---

<sup>6</sup> programa de inclusão sócio-digital da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI que visa promover a inclusão sociodigital nas comunidades.

produzindo eles mesmos mais tanques-rede de forma a aumentar a produção de peixes. O Projeto viabilizou então um curso de construção de tanques-rede, o que diminuiu o custo com investimento no equipamento em quase 50% e melhorando a qualidade e funcionalidade dos tanques-rede, adaptados pelos jovens à realidade local e à própria experiência já adquirida por eles.

A situação sinalizou aos jovens empreendedores que os resultados exitosos com a criação de peixes apontam para a realização de um planejamento para a implantação de cultivos em tanques, em escala de produção e com um ritmo de despesca gradativo, com renda também contínua para eles, uma vez que a despesca acontece em ciclos de seis meses, o que necessita planejamento e investimento maiores.

Além disso, os jovens envolvidos perceberam que é através dessas ações que poderá ser estabelecida a sustentabilidade do projeto, revertendo uma parte dos benefícios financeiros para investimentos na ração, nos alevinos e nos equipamentos, levando à geração de trabalho e renda para a comunidade.



## 2.5. Projeto Escola da Terra

Concebido como uma ação de apoio à Escola das Águas em parceria com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), o Projeto **Escola da Terra** teve como objetivo principal desenvolver a atividade da agricultura familiar no território Baixo Sul da Bahia, através da formação e atuação de

jovens Agentes de Desenvolvimento<sup>7</sup> na promoção da cidadania, na conservação ambiental e na geração de trabalho e renda para famílias rurais e estuarinas da região.

Iniciado em 2007, o Projeto formou 30 jovens da zona rural e estuarina, com 116 horas de capacitação, para atuarem como Agentes de Desenvolvimento. Esses jovens, organizados em duplas, geraram 15 projetos de intervenção social em suas comunidades, diversificados em ecoturismo, horta orgânica, incentivo a leitura, dentre outros.

Em seguimento a ação, foram implantadas 30 Arcas das Letras<sup>8</sup>, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e capacitados 60 Agentes de Leitura<sup>9</sup>, em comunidades rurais dos Municípios de Valença, Igrapiúna e Camamu.

Visando desenvolver habilidades de escrita e descobrir talentos, além de oportunidade de expressar sua realidade, foram capacitados 30 jovens em oficinas sobre Mídia Jornal Impresso, como ação complementar para fortalecimento do grupo.



## 2.6. A Prática Replicada em outros Territórios

A partir de 2008, através da ampliação do convênio com o Instituto Aliança através de Seleção Pública, a prática se consolida, sendo replicada em outros territórios do Estado da Bahia: Baixo Sul, Recôncavo, Litoral Sul, Velho Chico e Sisal.

Inicia-se, então, a execução do **Consórcio Social da Juventude Rural**<sup>10</sup>, uma conquista da juventude trabalhadora rural na profissionalização e sua inserção na unidade produtiva. O Consórcio objetiva favorecer, a partir de um processo de capacitação, a criação de instrumentos de geração de emprego e renda para jovens rurais, enquanto mecanismo de empoderamento econômico, social, político e cultural desses jovens. Os beneficiários da ação do Consórcio são jovens rurais de ambos os sexos, com idade entre 16 e 24 anos, de origem familiar com renda *per capita* de até meio salário mínimo, que estejam em situação de desemprego no campo.

---

<sup>7</sup> Jovens capacitados pelo projeto para servirem como agentes de desenvolvimento local em suas comunidades, identificando oportunidades e ameaças, fraquezas e fortalezas e desenvolvendo projetos e programas relacionados ao desenvolvimento sócio-ambiental.

<sup>8</sup> Criado em 2003 pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o projeto visa facilitar o acesso aos livros e promover o incentivo à leitura em comunidades de agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, comunidades de remanescentes de quilombos e indígenas.

<sup>9</sup> Pessoas voluntárias responsáveis pelo empréstimo dos livros e pelo incentivo à leitura na comunidade, capacitados pelos técnicos do MDA, e que também participam do levantamento junto à comunidade dos assuntos de maior interesse, metodologia normatizada pelo Ministério para garantir maior participação dos moradores da comunidade.

<sup>10</sup> Projeto criado através da assinatura de protocolo de intenções entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Trabalho e Emprego, visando promover ações de qualificação profissional para a Juventude Rural, no âmbito do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego - PNPE. A execução do Consórcio conta também com a parceria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e com o Instituto Aliança com o Adolescente.

Para tanto, o Instituto TERRAGUÁ realizou a formação de 420 jovens inscritos no Consórcio nos municípios de Barra, Ubaitaba, Ibirapitanga, Maragogipe, Santa Luz, Cruz das Almas, Cachoeira e Igrapiúna.

A prática foi replicada com pequenos ajustes e melhorias, consequência esperada de uma organização que aprende (SENGER, 1990). O Consórcio da Juventude foi implementado através da coesão das atividades anteriormente aplicadas pelo Instituto Terraguá, de forma a estabelecer a seguinte metodologia de ações:

1. *Seleção e capacitação continuada da equipe do projeto:* foram escolhidos e selecionados profissionais com comprovada competência (conhecimento, habilidades e atitudes) em trabalhos com jovens e com desenvolvimento territorial e elaborado um cronograma de capacitação contínua para a equipe.

Esta ação de capacitação da equipe mostrava-se de suma importância, tamanha era a amplitude do projeto (vários territórios e municípios) e o número de pessoas envolvidas na equipe de capacitação que necessitavam de preparação anterior, para que pudessem estar alinhados e todos “falando uma mesma língua” aos jovens envolvidos, de forma a garantir os resultados esperados.

Desta forma, o Programa de Capacitação da equipe de atuação incluiu conteúdos gerais e específicos e tinha como objetivos:

- estimular o envolvimento para o trabalho com jovens de área rural e estuarina;
  - construir um esboço de ações coletivas em prol da juventude, considerando como meio estratégico ações da Escola das Águas e Consórcio da Juventude; e
  - nivelar informações sobre a metodologia e o trabalho com jovens, considerando o Currículo de Formação de Jovens.
2. *Mobilização e Seleção dos Jovens:* Foram utilizados instrumentos de Inclusão Qualificada dos jovens (já praticados nos projetos anteriores) aliados ao perfil definido no Termo de Referência do Consórcio. Desta forma, foi possível identificar jovens, considerando suas habilidades e aptidões para desenvolver atividades sociais e produtivas.
  3. *Qualificação Social e Profissional:* O Programa de Qualificação foi planejado a partir das experiências anteriores dos projetos Maricultura Sustentável e Escola das Águas, com algumas modificações a ajustes. Manteve-se uma carga horária total de 400h (200h para o núcleo básico e 200h para o núcleo específico) e ampliado o número de horas de atividades voluntárias de 100 para 125 horas.

A metodologia trabalhada novamente intercalou a análise das questões teóricas e o desenvolvimento de vivências práticas com dinâmicas de grupo, e se superou ao incluir visitas às áreas de cultivo, palestras com produtores locais, mostras de vídeo e discussões dialógicas. Aproveitando a experiência anterior com os jovens do Projeto desenvolvido anteriormente no território do Baixo Sul, o intercâmbio foi realizado e a referência de algo que “deu certo” em muito motivou os jovens e a equipe de trabalho dos outros territórios, contribuindo imensamente para o êxito da consolidação da prática.

Devido às realidades diferentes que cada território/município/comunidade apresentam, bem como suas vocações particulares, no Núcleo Específico do Programa, os grupos de jovens

identificaram suas áreas de interesse negocial, partindo de uma análise pessoal sobre os seus gostos, prazeres, competências e habilidades. Desta forma, cada jovem foi convidado a refletir e a amadurecer sobre o seu projeto de vida e trabalho, confrontando seus interesses com o seu conhecimento e a demanda da sociedade.

4. *Inserção nas oportunidades de trabalho, emprego e renda:* A equipe do projeto de cada Território articulou a realização de reuniões com entidades sociais e governamentais e centros de educação locais para a formação de Rede de Apoio ao Crédito Fundiário, visando pautar as demandas de acesso a crédito para os jovens formados.
5. *Ampliação do acesso dos jovens ao Programa Nacional de Crédito Fundiário<sup>11</sup> (PNCF) e Programa Nacional de Agricultura Familiar<sup>12</sup> (PRONAF):* Na finalização do Programa de Capacitação, foram promovidos pelo Projeto vários encontros com os jovens e seus familiares com a finalidade específica de repassar informações sobre as formas de associação para a aquisição de terras, disponibilizar documentos sobre crédito agrícola e fundiário, e promover a articulação e encaminhamento dos interessados para os órgãos competente.

Tal ação vem bem de encontro à realidade dos jovens envolvidos pelo programa, uma vez que tais programas federais beneficiam trabalhadores rurais mais pobres, remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas, jovens agricultores entre 18 e 28 anos e agricultores familiares sem terra ou com pouca terra, públicos prioritários das políticas de combate à fome e de inclusão social do Governo Federal. Os investimentos são gerenciados pelas próprias comunidades, tanto para compra de terras como para aumento da produção e projetos que visem à melhoria da qualidade de vida da população e ao desenvolvimento local sustentável.

## **2.7. Programas para toda a Comunidade**

A Escola das Águas atinge um alto grau de institucionalidade e legitimidade no Território do Baixo Sul através de crescentes e notórias ações no ano de 2009, tendo sua maior expressão através da consolidação da gestão das organizações comunitárias envolvidas.

---

<sup>11</sup> Uma das ações complementares do Plano Nacional de Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário, constitui-se em um importante mecanismo de acesso à terra, que contribui para a ampliação e a consolidação da agricultura familiar, visando o aumento da renda e melhoria das condições de vida da população rural através da criação de ocupações produtivas permanentes para as famílias beneficiadas. A estimativa é criar para cada família mais de três ocupações produtivas permanentes, estimulando indiretamente outros setores da economia.

<sup>12</sup> Programa do Governo Federal criado em 1995 com o intuito de atender os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família, objetiva o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar para inseri-lo na cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.

Os jovens tiveram a oportunidade de ampliar sua visão como empreendedores sociais participando tanto de ações diretamente ligadas aos seus negócios coletivos quanto também de outros projetos do Instituto voltado para jovens e adultos, e que em muito complementam sua formação geral.



Um deles foi o **Ponto de Cultura ComunicArte**, projeto aprovado em 2009, via Seleção Pública da Secretaria de Cultura do Estado, que visa a criação de um sistema referencial de produção, registro e difusão da cultura tradicional das comunidades do Baixo Sul da Bahia.

Através da produção de registros em imagens e histórias, além da organização de um acervo relacionado com a cultura de 10 comunidades de Igrapiúna, Ituberá e Camamu, o projeto tem como objetivo maior a instituição do *Memorial da Terra e da Água*, espaço de expressão da história das comunidades, abrigando acervo de objetos históricos e da tradição oral, organizado para visitação de escolas, grupos associativos e turistas, e do *Museu da Imagem e Pessoa*, que abrigará acervos da história da tradição oral, depoimentos de lideranças, grupos culturais, jovens, parteiras, rezadeiras, pescadores, agricultores.

Para tanto foram identificados 30 pessoas, entre jovens e adultos, para serem capacitadas como agentes culturais. O grupo contou com a participação de alguns moradores antigos das comunidades, considerados os verdadeiros mestres da cultura popular e que em muito enriqueceram as atividades das oficinas no resgate da memória dos usos, costumes, ofícios, festas e celebrações tradicionais das comunidades.

Outro programa do Instituto em que foi possível a participação ativa dos jovens dos núcleos produtivos foi o **Centro Digital de Cidadania (CDC)**<sup>13</sup>, projeto conquistado pelo Instituto Terraguá em 2009.

O CDC foi instalado na Escola das Águas e durante o ano de 2009 foram qualificados 06 monitores, jovens dos núcleos produtivos. A estrutura implantada torna possível o atendimento a 200 famílias das comunidades rurais de forma a terem acesso direto aos cursos de inclusão digital.

Em 2008, o Instituto Terraguá celebra um convênio com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA) para a execução do Projeto **Reflorestar**. Com foco em ações de sensibilização e difusão de conhecimentos na área de conservação e recuperação florestal através de ações

<sup>13</sup> programa de inclusão sócio digital do Estado da Bahia, implementado enquanto política pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado, visa garantir à população baiana o acesso às tecnologias da informação e da comunicação através dos recursos tecnológicos das redes de computadores. Os CDCs utilizam softwares livres desenvolvidos especificamente para atender às necessidades do Programa.

educativas em comunidades rurais dos municípios de Ituberá, Igrapiúna e Camamuais, o projeto apoia e provê a construção de um viveiro de mudas na sede da Escola das Águas para serem utilizadas na recomposição de áreas degradadas e no fortalecimento do sistema produtivo dos imóveis de pequenos agricultores, além da realização de cursos de Educação Florestal e de Colheita de Sementes.

## **2.8. Consolidação da Prática**

Com os grupos de jovens organizados em associações e capacitados em piscicultura e outras atividades produtivas, o ano de 2009 teve como foco preparar os jovens para perceber e encarar seu núcleo como um empreendimento solidário, preparando-os para a produção e comercialização em escala.

Para tanto, o Instituto participou, no final do ano de 2008, da Seleção Pública da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão do Estado da Bahia (FAPESB) e teve seu projeto **Organização Sócio Produtiva de Jovens e Marisqueiras**<sup>14</sup> aprovado.

Em 2009 inicia-se a execução das ações cujo foco principal é a incubação dos empreendimentos econômicos, com base nos princípios da Economia Solidária. Desta forma, as organizações socioprodutivas dos jovens recebem fortalecimento tanto para as ações de produção como para a gestão solidária dos empreendimentos.

Os cinco núcleos (entende-se como núcleo cada uma das organizações socioprodutivas formadas pelos jovens) participaram em 2009 de uma série de oficinas de capacitação em modelos de gestão e de diagnóstico participativo, com o intuito de prepará-los na gestão do empreendimento coletivo.

Importante ressaltar que as associações de jovens vieram sendo formadas considerando a base produtiva de cada comunidade. Assim, os jovens se associaram segundo suas escolhas, objetivos comuns, vocação e realidade de sua comunidade. O resultado foi a formação das seguintes organizações, também consideradas no projeto como núcleos de produção:

- APSAI (Associação de Preservação Ambiental de Igrapiúna): criada a partir da comunidade de Limeira, trabalha a sua base produtiva com reciclagem de papel;
- AMBAPI (Associação de Mulheres da Prainha): criada pela comunidade da Prainha, com base produtiva voltada para a produção de hortaliça;
- ATAJA (Associação Terra e Água dos Jovens de Acaraí) da comunidade de Acaraí, AJA (Associação de Jovens em Ação) da comunidade da Mata do Sossego, tendo suas bases produtivas nos cultivos de tilápia e ostra, juntamente com o Grupo de Jovens da comunidade de Graciosa (que estão em processo de formalização de sua associação).

Através da integração proporcionada pelos projetos e programas que acontecem na Escola das Águas enquanto espaço articulador e integrador de ações, bem como da intenção do Instituto Terraguá em promover a autogestão deste pelas comunidades envolvidas, os jovens participantes decidiram estabelecer um Grupo Gestor da Escola das Águas. Tal grupo teria como intenção não

---

<sup>14</sup> Convênio firmado com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).

apenas direcionar o funcionamento da Escola como também discutir as políticas públicas de juventude rural.



Sendo assim, escolheram quatro representantes de cada núcleo para fazer parte do Grupo Gestor e ser o elo de ligação bem como de disseminação das informações na sua comunidade.

A culminância da formação do Grupo Gestor foi a celebração de um *Termo de Parceria e Cooperação* aprovado pelos representantes das comunidades, constando de um pacto dos grupos associativos com as diretrizes da Escola das Águas bem como a participação através de dois representantes do Instituto no Colegiado do Território do Baixo Sul, assegurando sua participação na plenária das entidades de Assistência Técnica de Extensão Rural.

A formação do Grupo Gestor da Escola das Águas demandou do Instituto Terraguá a realização de uma programação de capacitação objetivando preparar o grupo para a tarefa de gestão, bem como buscar e consolidar uma identidade do grupo com a missão da Escola das Águas.

Dentro do Plano de Gestão da Escola das Águas, este grupo é o precursor do Conselho Comunitário, instância de representação de fundamental importância para a Escola, uma vez que é neste nível de gestão que deverão ser constituídos os planos de ação da Escola das Águas abrangendo os planos de viabilidade econômica, comunicação e pedagógico.

Além das ações relacionadas com a institucionalidade da Escola das Águas, ainda em 2009 os trabalhos concentraram-se na implementação das estratégias de sustentabilidade das organizações socioprodutivas, tendo a piscicultura como foco principal.

Iniciou-se então um período de aquisição, reforma e montagem de tanques-rede e de articulações com entidades de formação e acompanhamento técnico na busca de aumento da produção. Neste

momento salienta-se a parceria com a Bahia Pesca<sup>15</sup> que possibilitou à equipe técnica do Instituto iniciar um processo de expansão dos cultivos nas comunidades que fazem parte da rede de produção solidária da Escola.

Desta forma, foram instalados 12 tanques na Comunidade do Assentamento Mata do Sossego (Igrapiúna) sendo 2 para berçários e 10 de engorda; 60 tanques-redes na Comunidade de Acaraí (Camamu) com 10 tanques-redes para berçários e 50 de engorda; e 91 tanques-redes na Comunidade de Graciosa (Valença) onde encontram-se 12 berçários e 79 de engorda. Nesta última pretende-se expandir o cultivo para um total de 16 tanques-redes berçário e 112 engorda.

Em seguida, implantou-se 30 mil alevinos, sendo 10 mil em Mata do Sossego e 20 mil em Acaraí. Cerca de vinte dias após a chegada do primeiro lote, mais 40 mil alevinos foram adquiridos, sendo o povoamento realizado em Acaraí, completando assim a capacidade para os tanques existentes nas comunidades de Acaraí e Mata do Sossego. Portanto gerou-se um total de 70 mil alevinos de tilápia, sendo respectivamente 10 mil alevinos para a comunidade da Mata do Sossego e 60.000 alevinos para a comunidade de Acaraí, onde os jovens já se encontram em fase de produção profissional do cultivo, enquanto os jovens da comunidade de Mata do Sossego ainda estão em formação.

Em Graciosa foram povoados inicialmente 6 tanques berçários com 35 mil alevinos, chegando mais 20 mil após um mês e mais 20 mil após 15 dias, totalizando 75 mil alevinos nesta comunidade. Em Graciosa, o Terraguá conta hoje com uma estrutura envolvendo 12 tanques-redes berçários e 66 tanques-redes de engorda. A meta é a aquisição de mais 4 berçários e mais 33 tanques de engorda.



O objetivo do Projeto para 2010 é chegar a 200 tanques-redes com uma produção de 113 mil peixes no primeiro ciclo de produção (seis meses), gerando uma receita de aproximadamente R\$ 300.000,00.

Tais números mostram a necessidade inerente ao projeto de validar o Plano de Sustentabilidade realizado com a participação dos núcleos com base na produção de peixes nas comunidades envolvidas. Este é o objetivo principal do Núcleo de Piscicultura do Instituto Terraguá para o ano de 2010.

---

<sup>15</sup> órgão do Governo do Estado da Bahia, responsável pela formulação e implementação da política da pesca e aquícola no Estado.

## 2.9. Avançando para Novos Horizontes

Colhendo frutos de todo esse processo participativo adotado, o Instituto Terraguá, a partir do êxito alcançado pelo projeto Escola das Águas, alcança o cenário favorável e ideal para alçar novos vôos que atendam aos anseios da população rural.

Implantando e consolidando estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda, potencializando atividades produtivas agrícolas e apoiando a criação de estratégias de comercialização para as comunidades do Baixo Sul da Bahia que vivem e produzem em regime de economia familiar, o Terraguá inicia uma nova fase, a partir de 2010, com iniciativas amplas e audazes.

Sua parceria com o Governo Federal e Estadual se solidifica com a 2ª Edição do Programa **Floresta Legal**. Convênio firmado com o Ministério Público Estadual e executado em parceria com o Instituto Aliança, Instituto ÁguaBoa e Instituto Ynamata, o projeto visa a proteção dos recursos naturais do Baixo Sul e Recôncavo Sul por meio da averbação de 2.400 hectares de Reserva Legal e Formação de uma Rede de Coletores de Sementes no Território composta por agricultores familiares.

A intervenção visa evitar a fragmentação do *habitat* local, além de garantir a manutenção de uma cobertura florestal nativa através da regularização ambiental das propriedades conforme Código Florestal (Lei 4.771) planejamento do uso sustentável da terra e enriquecimento do sistema produtivo das propriedades. Neste contexto, as ações articuladas são direcionadas para a integração dos imóveis rurais familiares ao desenvolvimento econômico vinculado à conservação ambiental.

As estratégias de atuação, realizadas em parceria com os Governos Federal, Estadual e Municipal e entidades não governamentais<sup>16</sup>, são estruturadas por meio da averbação de reserva legal dos imóveis, proteção de áreas de preservação permanente, recuperação de áreas degradadas, implantação de bosque energético para manejo de madeira, formulação de modelos de sistemas agroflorestais, produção de mudas no viveiro florestal e organização de técnicas operacionais de associações da comunidade tradicional.

Como consequência de todo este trabalho, o Instituto Terraguá foi aprovado pela SAF – MDA (aprovação em seleção pública) para atuar junto aos assentamentos do crédito fundiário em assistência técnica.

Desta forma, recebeu do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) a homologação do Instituto como entidade prestadora de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, sendo incluída no Cadastro do Sistema Nacional Descentralização de Ater Pública.

---

<sup>16</sup> Secretaria do Meio Ambiente, Instituto de Gestão das Águas e Clima, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Cooperativas e Associações locais

Tabela 5 – Próximas Localidades a serem trabalhadas pelo Instituto Terraguá como Agente ATER

Território	Município	Grupamento	Área	Nº. Famílias
Litoral Sul	Mascote	Unidos Porto Seguro	186,4	20
	Mascote	Ass. Pedra Branca		30
Bacia do Jacuípe	Ipirá	Com. Mangaba da Terra	420,94	22
	Ipirá	Com. Ação e Cidadania	247,48	13
Vale do Jiquiriçá	Jaguaquara	Três Riachos	525,0	35
	Maracás	Pindobeira	250,0	30
	Ubaíra	Peq. Prod. Rurais de Brejões	366,0	35
Baixo Sul	Ituberá	Ass. Trabalhadores sem Terra da Região – Km 22	229,40	35

Fonte: Arquivos do Instituto Terraguá, 2010

Esses serviços públicos de Ater são realizados por entidades estatais e não estatais que tenham interesse e protagonismo no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural e apresentem as condições mínimas estabelecidas nesta Política. As ações devem ser executadas mediante o uso de metodologias participativas onde seus agentes devem desempenhar um papel educativo e facilitador de processos de desenvolvimento rural sustentável, o que pode ser percebido como compatível com todo o histórico de ações do Instituto Terraguá.

A Política Pública de ATER considera como instituições ou organizações de Ater aquelas que tenham como natureza principal de suas atividades a relação permanente e continuada com os agricultores familiares e demais públicos da extensão e que desenvolvam um amplo espectro de ações exigidas para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, em toda a sua complexidade.

Como o Instituto Terraguá atendia aos requisitos definidos, pôde habilitar-se a participar do Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública, buscando seu credenciamento junto ao Fórum Nacional de Gestão da Ater Pública e Conselho Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Para a viabilização de projetos nesta esfera, o MDA inclui em seu Plano Plurianual – PPA e no Orçamento Geral da União – OGU qual o volume de recursos necessários para viabilizar as ações de Ater requeridas pela Agricultura Familiar, indispensáveis à implementação e continuidade da oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. Também os estados e os municípios participam com aportes financeiros e de infraestrutura, assumindo parcela da responsabilidade pela oferta de serviços de Ater e o DATER identifica, capta e aloca recursos de outras fontes, como convênios com outros ministérios, entidades governamentais e não governamentais e recursos de parceiros internacionais.

Em outra frente, firmado convênio com a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia<sup>17</sup> (AEGRE), o Instituto Terraguá estenderá suas ações a partir de 2010 para outros 20 estados

<sup>17</sup> A **Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE)** do Ministério do Desenvolvimento Agrário atua no desenvolvimento de políticas públicas que busquem promover os direitos econômicos das trabalhadoras rurais e das comunidades Quilombolas, através do apoio à produção, acesso e garantia de uso da terra e cidadania, como o acesso

brasileiros, capacitando lideranças quilombolas<sup>18</sup> para elaboração de diagnóstico, plano de desenvolvimento e projetos. O programa Comunidades Quilombolas está inserido no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e faz parte da promoção do etnodesenvolvimento das comunidades quilombolas, através da ampliação dos direitos à terra, melhorando as condições de vida, fortalecendo a organização dessas comunidades e garantindo assistência técnica diferenciada às comunidades quilombolas, potencializando sua capacidade autônoma e o desenvolvimento econômico desses grupos.

Aprovado em Seleção pública, em convênio com Secretaria de Reordenamento Agrário<sup>19</sup> (SRA) atuará também junto às Unidades Técnicas<sup>20</sup> dos estados das regiões sudeste e centro-oeste na inclusão de políticas públicas de juventude no Crédito Fundiário. O Projeto abrange ações de capacitação na conscientização e qualificação de agricultores familiares, beneficiários do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, promovendo o acesso às políticas públicas que possam colaborar com seu fortalecimento.

A partir do conhecimento e experiência adquiridos ao longo destes anos, o Instituto Terraguá foi contratado para a construção dos instrumentos metodológicos, com foco no trabalho em área rural, aprovado como Tecnologia Social pela Rede de Tecnologia (RTS).

E, por fim, coroando suas conquistas, a entidade foi selecionada no Segundo Concurso NESsT<sup>21</sup> Atividades Empresariais Sociais no Brasil em 2010, visando participar dos grupos de entidades assessoradas pelo Assistente NESsT de Desenvolvimento de Empreendimentos Sociais. A NESsT atua em países do mercado emergente, desenvolvendo e apoiando as empresas sociais para a conquista da sustentabilidade das organizações, potencializando ao máximo o seu impacto social.

---

à documentação civil, participação e controle social. A **AEGRE** atua também de forma integrada com as secretarias e órgãos vinculados ao MDA/Incrá e em parceria com outros ministérios e instituições.

<sup>18</sup> As comunidades quilombolas são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. O Governo Federal já mapeou 3500 comunidades, e vem, ao longo dessa gestão, consolidando políticas públicas para garantir os seus direitos territoriais e o etnodesenvolvimento, através do Programa Brasil Quilombola.

<sup>19</sup> A **Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA)** do Ministério do Desenvolvimento Agrário atua na implementação de políticas públicas nacionais para o meio rural por meio de ações complementares à reforma agrária, como a garantia de acesso a terra pelo Crédito Fundiário, o georreferenciamento e o cadastro de terras públicas e particulares, a emissão da titularidade das posses, além de atividades culturais com a instalação de bibliotecas rurais.

<sup>20</sup> Instâncias ligadas à **SRA** para desenvolver ações descentralizadas envolvendo governos estaduais e municipais, são responsáveis pela operacionalização dos programas em nível estadual, pela prestação de assistência técnica e extensão rural às famílias beneficiadas e pela articulação com as demais políticas públicas voltadas para fixar as famílias no campo, assegurar o desenvolvimento rural sustentável e a melhoria da qualidade de vida das famílias.

<sup>21</sup> *Nonprofit Enterprise and Self-sustainability Team* é uma organização internacional que dedica-se à solução de problemas sociais de ordem crítica nos países emergentes através do desenvolvimento e do suporte a empreendimentos sociais, com o objetivo de fortalecer as bases da sustentabilidade financeira das organizações da sociedade civil e potencializar ao máximo o seu impacto social ([www.nesst.org](http://www.nesst.org)).

### 3. METODOLOGIA DE PESQUISA

#### 3.1. A Natureza da Pesquisa

Pode-se classificar a pesquisa científica em dois grandes métodos: o quantitativo – com uma abordagem positivista do problema – e o qualitativo – que possibilita estudar os seres humanos e suas relações sociais. Segundo Richardson (1989, p.39), através da pesquisa qualitativa pode-se “compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, ... e possibilitar, em maior grau de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”.

Segundo Godoy (1995, p.62-63), as características básicas da pesquisa qualitativa são as seguintes:

- a fonte direta de dados é o ambiente natural e o instrumento é o pesquisador;
- ela é descritiva;
- o foco principal do pesquisador é o significado que as pessoas dão às situações vividas;
- utiliza-se o método indutivo ao analisar os dados da pesquisa.

Na abordagem qualitativa, segundo Minayo e Sanches (1993, p.244) há uma “aproximação fundamental e de intimidade entre o sujeito e o objeto, uma vez que ambos são de uma mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos e intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas”.

Assim, adotou-se, neste estudo, a pesquisa qualitativa, uma vez que o ambiente de uma organização social é a fonte direta de dados. A análise dos dados coletados das pessoas participantes da organização foi feita por um enfoque indutivo e a apresentação da pesquisa é descritiva.

#### 3.2. Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, exploratório, descritivo e avaliativo.

É um estudo de caso organizacional, uma vez que amplia o conhecimento a respeito de uma determinada instituição e os dados da pesquisa de campo se generalizam por toda a região onde esta atua (Território do Baixo Sul da Bahia), tendo como foco o projeto de organização socioprodutiva de lideranças jovens em áreas rurais e estuarinas do território.

É exploratório ao buscar esclarecer conceitos e ideias da organização social estudada. De acordo com Gil (1994, p.44-45), a pesquisa exploratória “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”. O mesmo autor afirma ainda que as “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”.

O estudo é descritivo, uma vez que procura esclarecer a natureza do fenômeno organizacional, seus processos internos, descrevendo a realidade como ela é. Segundo Rudio (1983, p.14), a pesquisa descritiva “tem por objetivo obter informação de que existe, a fim de poder descrever e interpretar a realidade”. Desta forma, esta pesquisa caracteriza-se como avaliativa na medida em

que procura avaliar a iniciativa do projeto objeto de estudo a partir de determinados princípios e variáveis a serem observados.

Muitos desses princípios procuram observar, em sua essência, as normas expedidas pelas Nações Unidas em seu Programa HABITAT e são usualmente utilizados em avaliações internacionais. Assim, constituem-se nas principais variáveis a serem avaliadas no Estudo de Caso: Impacto, Motivação, Parcerias, Sustentabilidade, Grau de Implementação, Pioneirismo, Inovação, Replicabilidade e Transversalidade.

Cada uma delas foi objeto de considerações específicas no documento denominado TERMO DE REFERÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE CASO elaborado em setembro de 2000 pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) para a Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local.

### **3.2.1. Pesquisa Documental**

O primeiro levantamento realizado pela pesquisadora concentrou-se nos processos de pesquisa de dados primários, elaboração de métodos e técnicas de coleta de informações, organização e análise de dados etc.

A partir dos dados coletados através de documentos, relatórios, instrumentos de monitoramento, instrumentos metodológicos, registros, atas de reuniões, planos de trabalhos, entre outros, foi possível combinar e comparar dados de desempenho com os objetivos traçados; averiguar questões relacionadas à eficiência, eficácia e efetividade dos projetos; e detectar falhas e/ou aferir méritos de projeto, ao longo de sua implementação.

### **3.2.2. Pesquisa de Campo**

A pesquisa de campo foi desenvolvida através das técnicas de observação participante, entrevista e questionário.

#### **3.2.2.1. Observação Participante**

Na observação participante “o observador não é apenas um expectador do fato que está sendo estudado, ele se coloca na posição e no nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado” (RICHARDSON, 1989, p.215).

A observação participante foi fundamental para o trabalho pois, através dela, verificou-se, com mais precisão, a realidade do projeto estudado. Durante três meses consecutivos, a pesquisadora dedicou 180 horas entre levantamento de material documental, visitas para observação “in loco” no projeto Escola das Águas e nos núcleos produtivos das comunidades, visitas junto ao escritório do Instituto Terraguá em Salvador e conversas por e-mail e por telefone com os membros da equipe e coordenação.

#### **3.2.2.2. Entrevistas**

Um dos instrumentos de coleta de dados na pesquisa de campo é a entrevista (Haguette, 1992). Trata-se de uma técnica onde o entrevistador, através de perguntas preestabelecidas, obtém respostas de seu entrevistado. Como diz Richardson (1989, p. 160): “a melhor situação para

participar na mente de outro ser humano é a interação face a face, pois tem o caráter inquestionável de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos”.

De suas várias modalidades, utilizou-se a entrevista não estruturada do tipo focalizada, que trata as questões pertinentes ao tema de maneira aberta, deixando o entrevistado livre para abordar os temas que lhe convêm. Segundo Triviños (1987), essa modalidade de pesquisa enriquece a investigação, pois o entrevistado pode falar livremente, deixando a espontaneidade fluir sem restrições.

Desta forma, através de uma conversação guiada, procurou-se obter repostas a algumas questões abertas, que levaram à algumas conclusões relacionadas às variáveis analisadas.

Sob a permissão dos entrevistados, foi possível utilizar o recurso da gravação, seguido de transcrições que renderam 18 páginas de material.

Os entrevistados foram: seis jovens das comunidades envolvidas, entre moças e rapazes, na faixa etária entre 20 e 25 anos, participantes ativos do projeto Escola das Águas; sete técnicos envolvidos no trabalho de campo, entre educadores, monitores, engenheiros ambientais e coordenador local; quatro membros da equipe administrativa do projeto, entre psicólogos, administradores e publicitários e dois parceiros locais representantes do Banco do Brasil de Ituberá e da Prefeitura de Igrapiúna.

### **3.2.2.3. Questionários**

Para Gil (1995, p.124) o questionário é uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

A partir das entrevistas realizadas com os jovens das comunidades, percebeu-se quais eram as principais características que estes jovens atribuíram como “mudanças” comportamentais notadas após o envolvimento com o projeto. Em busca de uma maior averiguação destas respostas, a pesquisadora compareceu a uma das reuniões da equipe com os jovens e aplicou um questionário respondido por 31 jovens, 20 do sexo feminino e 11 do sexo masculino.

### **3.2.2.4. População/Sujeitos**

Em relação à origem dos jovens que responderam ao questionário, 39% eram da comunidade de Graciosa, 26% da comunidade de Mata do Sossego, 16% provenientes da comunidade de Acaraí e 11% da comunidade de Limeira e 8% de outras comunidades.

A faixa etária dos jovens que participaram do preenchimento dos questionários 39% têm entre 16 e 19 anos, 26% entre 20 e 23 anos e 35% entre 24 e 28 anos.

Após a coleta de dados, através dos questionários, aplicou-se um tratamento estatístico e os dados foram tabulados.

No instrumento que deveria ser respondido pelos jovens não havia a necessidade de identificação.

## 4. AVALIAÇÃO DA PRÁTICA

Nesta parte do Estudo de Caso foram utilizados os princípios e fundamentos usualmente utilizados em avaliações internacionais e que são considerados como as principais variáveis a serem avaliadas, segundo o organismo contratante do estudo.

### 4.1. Impactos

O Projeto **Organização Socioprodutiva de Lideranças Jovens** que vem sendo desenvolvido pelo Instituto Terraguá desde 2005, pode ser visto em suas diversas fases: introdução, crescimento e maturidade do projeto, com seus diversos impactos.

Desde o início, quando o projeto ainda se denominava Maricultura Sustentável, as ações de difusão de práticas sustentáveis de cultivo de ostras e peixes apresentaram consideráveis mudanças na vida das quatro primeiras comunidades envolvidas através da educação, inclusão social e perspectiva de melhoria de renda.

O impacto das ações atinge uma amplitude tal que, quando o projeto atinge seu segundo ano de existência, o número de comunidades envolvidas passa de quatro para 13, e o número de tanques-redes cresce de 22 para 163 com um aumento de 600% no número de peixes e ostras cultivados.

De maneira estratégica, os primeiros resultados do projeto já por si só constituíram o embrião para a criação da **Escola das Águas** como um espaço destinado à formação e capacitação de jovens e adultos de comunidades estuarinas e agrícolas.

Apesar da existência de outras iniciativas sociais na região, o projeto foi o primeiro a tangibilizar e concretizar o imaginário desejado pelas comunidades em um local físico que reconhecesse e valorizasse a cultura pesqueira e aquícola da região do Baixo Sul, que se preocupasse com a conservação ambiental local e que gerasse oportunidade de melhoria do trabalho e renda das comunidades envolvidas.

Com a Escola das Águas servindo realmente aos desejos e necessidades das comunidades locais, os jovens se envolveram completamente nas atividades propostas e o grande número de candidatos às vagas para o Programa de Capacitação oferecido em 2006 mostrou a difusão que as ações do projeto atingiram dentro da população jovem.

Apesar de uma pequena parcela dos jovens (18%) que no início participaram das primeiras turmas trabalhadas tenham se desvinculado do projeto, seja por buscarem outros caminhos profissionais e de estudo, seja por não se adequarem ao nível de dedicação necessária e solicitada pelo projeto, a grande maioria (82%) se mantém na ocupação foco de sua formação (Tabela 6).

Tabela 6 – Ocupação dos Jovens nas Atividades do Projeto após Programa de Formação

<b>Atividades de Ocupação</b>	<b>% jovens participantes</b>
<b>Piscicultura</b>	37%
<b>Gestão Escola das Águas</b>	33%
<b>Reciclagem</b>	7%
<b>Ponto de Cultura</b>	5%

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir do Relatório da Pesquisa realizada pelo Instituto em 2009

No entanto, o número de jovens dispostos a entrarem no projeto continuou a crescer, o que propiciou a adoção do instrumento de Inclusão Qualificada de Jovens, resultado do processo metodológico criado no projeto Maricultura Sustentável, visando detectar aqueles que apresentavam o perfil mais adequado às atividades propostas e que provavelmente continuariam por mais tempo no exercício participativo das organizações a serem formadas.

Esta situação refletiu diretamente sobre a população das comunidades que, no início, talvez não percebessem a seriedade e importância do projeto. Mas, ao constatar o quanto os jovens participantes se modificavam intelectual e comportamentalmente, passaram a apoiar o projeto com ardor e veemência. Tanto é fato que muitas tentativas externas de influenciar as comunidades a se rebelarem contra o Instituto Terraguá não atingiram nenhum resultado pelas conclusões e defesas realizadas pelas próprias comunidades.

*“... Vendo o nosso sucesso, agora eles (a comunidade) resolveram também criar peixes... No início sempre tem alguns que são contra, mas agora já está tudo bem, todo mundo aceita numa boa, não tem nenhum problema mais... .”* (Depoimento Jovem da comunidade Mata do Sossego, 26 anos).

Em entrevistas realizadas pela pesquisadora com os jovens envolvidos, foi possível constatar claramente a dimensão da mudança significativa que o projeto propiciou na vida desses jovens.

*“... Senti muita mudança depois do projeto... a gente ficou mais responsável, com mais horário pras coisas... a gente lá na comunidade não tem muita oportunidade de curso, de emprego, de currículo... o projeto é tão bom que lá tem mais gente querendo entrar, mas não dá por que tem um limite...”* (Depoimento Jovem da comunidade de Graciosa, 20 anos).

*“... A comunidade agora olha a gente com um jeito diferente... acho que eles não esperavam que a gente ia conseguir... muitos achavam que o projeto tinha acabado... agora quando a gente faz a despesca, todo mundo fica feliz!”* (Depoimento Jovem da comunidade de Acaraí, 23 anos).

Aproveitando a participação em uma das reuniões realizadas na Escola das Águas com jovens de todas as comunidades, a pesquisadora aplicou um questionário simples sobre quais seriam as cinco maiores qualidades que eles perceberam em si mesmos terem sido desenvolvidas após iniciarem a participação no projeto.

Tabela 7 – Resultado da Pesquisa Aplicada

<b>Qualidades Desenvolvidas com o Projeto</b>	<b>Número de Respostas</b>
Tenho maior visão de futuro	21
Tenho mais amigos	21
Sou mais participativo	16
Sou mais comunicativo	13
Me sinto mais respeitado	12
Tenho mais vontade de crescer	9
Sou mais organizado	7

Fonte: Pesquisa realizada pela autora com jovens do projeto

Por tanto, o maior impacto percebido e identificado pela prática avaliada compõem-se do grau significativo de mudança na forma destes jovens em perceber a si mesmos e o mundo ao seu redor. Na sua maioria não possuíam nenhuma visão de futuro, do que poderiam fazer, do que iriam se tornar. Vivendo em uma região de baixíssimo IDH, a falta de opções de trabalho e estudo provavelmente os conduziria às drogas, ociosidade e gravidez precoce.

*“... Esses jovens passaram a ter uma perspectiva diferente após o projeto... Tem uns três desses jovens que eu conheço e que hoje em dia estão, além de continuar no projeto, também fazendo faculdade, eu converso com eles sobre isso... sua expectativa era continuar catando caranguejo e siri, casar cedo, ter filho e continuar a mesma vida que seu pai teve... Hoje em dia não, eles têm outra visão. Aprenderam o que é uma organização, o que é ter disciplina, que tem que dar resultado.” (Depoimento Secretário de Planejamento da Prefeitura Municipal de Igrapiúna em 2005).*

No entanto, os dados de pesquisas realizadas pelo Instituto Terraguá mostram que 100% dos jovens que participaram do projeto terminaram o ensino básico ou médio e uma considerável parcela deles (45%) decidiram continuar os estudos.

Tabela 8 – Participação dos Jovens em Atividades Sociais

<b>Atividades Sociais</b>	<b>Jovens participantes</b>
Com Associações de Produtores	58%
Em Conselhos e Diretorias	11%
Outros	15%
Não Participam	16%

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir do Relatório da Pesquisa realizada pelo Instituto em 2009

A partir de sua participação nas ações da Escola das Águas, esses jovens puderam desenvolver raciocínios e habilidades para detectar oportunidades de geração de trabalho e renda em sua própria comunidade, sem ter que abandonar sua família e costumes e se deslocar à cidade grande em busca de estudo e emprego. A base de toda essa mudança interior parece começar, principalmente, do fato de aprenderem o valor que possuem e do que são capazes, um verdadeiro resgate de sua autoestima e de suas origens, item essencial para a formação de cidadãos e empreendedores sociais, o que os fazem enxergar a realidade de sua comunidade através de outra perspectiva, conforme apresentado na Tabela 9.

Tabela 9 – Visão dos Jovens a respeito de sua comunidade após o Programa de Formação

Visão	%
<b>Necessidade de uma mudança maior</b>	21,95
<b>Necessidade de desenvolvimento</b>	29,26
<b>Mais conscientizada</b>	9,76
<b>Necessitando de Ajuda</b>	9,76
<b>Do mesmo jeito</b>	7,32
<b>Não sabe ou não respondeu</b>	4,88

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir do Relatório da Pesquisa realizada pelo Instituto em 2009

Como reconhecimento à excelência das práticas realizadas através da Escola das Águas, o Instituto Terraguá no ano de 2009 recebeu o Prêmio Caixa Melhores Práticas em Gestão Local como uma das 20 melhores práticas nacionais. Lançado em 1999, o prêmio é realizado a cada dois anos com a finalidade de identificar e conhecer projetos que dão certo na prática assim como reconhecer o mérito dessas iniciativas. A disseminação dessas práticas de sucesso busca estimular sua reaplicação, de forma que se transformem em referência para gestores públicos, iniciativa privada e para toda a sociedade.

O Instituto Terraguá participa pelo segundo ano consecutivo desta premiação e recebeu, além do troféu de Melhor Prática da CAIXA, um valor em recurso financeiro para ser utilizado como investimento em componentes das ações desenvolvidas pelos seus projetos.

Tal possibilidade se deu graças ao Projeto de Emenda Parlamentar do Deputado Federal, Nelson Pellegrino, junto ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, tendo a CAIXA com repassador do recurso.

Outras premiações recebidas pelo Instituto Terraguá foram:

#### **1 - Melhores Práticas em Gestão Local da CAIXA 2007.**

O Instituto Terraguá através dos bons resultados do Projeto Escola da Terra foi semifinalista do Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local da CAIXA 2007.

O objetivo desse prêmio é selecionar, premiar, divulgar e disseminar projetos, urbanos ou rurais, realizados com apoio financeiro e/ou técnico da CAIXA e de apoiar a implementação da *Agenda Habitat no Brasil*, estimulando a replicação de experiências sustentáveis voltadas à inclusão social, combate à pobreza, geração de renda, habitação, saneamento, infraestrutura, desenvolvimento econômico, equidade de gênero, gestão ambiental, gestão do uso e ocupação do solo, dentre outros.

O Terraguá concorreu com 273 Organizações de todo o Brasil e foi uma das 20 *finalistas* do prêmio. A cerimônia de premiação ocorreu no dia 10/12/2007, no Centro de Cultura da CAIXA, em Brasília.

## **2 - Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social**

A partir da sistematização das práticas pedagógicas inseridas no Programa de Qualificação de Jovens, o Instituto Terraguá foi contemplado em 2007 com a certificação de sua prática como Tecnologia Social Replicável em Trabalhos Sociais.

As tecnologias sociais certificadas, nesta quarta edição, foram de 120 práticas de um total de 782 inscritos, expressando o maior número de inscrição do terceiro setor em relação aos anos anteriores. Em 2005, foram feitas 636 inscrições.

A quarta edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social foi realizada em parceria com a Petrobras, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e a KPMG Auditores Independentes. Esta premiação é concedida, a cada dois anos, para identificar, certificar, premiar e difundir tecnologias sociais, compreendendo produtos, técnicas ou metodologias replicáveis desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem soluções efetivas de transformação social.

## **3 - Parceiro do Reordenamento Agrário**

Premiação realizada pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Instituto Terraguá no ano de 2006 e recebido no ano de 2007, em razão dos resultados exitosos conquistados pela implantação do Programa de Crédito Fundiário em três territórios do Estado da Bahia.

## **4 - Prêmio Marketing Best Responsabilidade Social**

Criado em 2002, o **Marketing Best Responsabilidade Social** tem a missão de estimular, reconhecer, premiar e divulgar os exemplos de organizações que consideram, respeitam, promovem e demonstram, através de suas práticas e ações empresariais, a consciência do dever indeclinável da responsabilidade social.

O Prêmio foi concedido em agosto de 2008 pela Editora Referência e Madia Marketing School para 30 casos sociais, dentre eles o trabalho do Instituto Terraguá com o projeto Escola das Águas.

## 4.2. Motivação

Ao analisar-se a origem ou fator de motivação propulsor da prática, a realidade aponta a existência não somente de fatores de motivação como também de necessidade e de justiça social.

O incômodo dos técnicos e profissionais interdisciplinares que compuseram o Instituto Terraguá quando em sua formação passava claramente pela necessidade de um desenvolvimento local integrado e sustentável da região.

O Projeto se justificava por uma série de motivos. Os mais de 120 mil hectares de estuários e manguezais do Baixo Sul representavam importante fonte de alimentação, emprego e renda para parcelas significativas da população local, uma riqueza não explorada pela falta de preparo dos habitantes locais e ausência de políticas voltadas para a permanência da população nas áreas rurais e estuarinas.



Algumas análises foram feitas ao se definir pelo trabalho com lideranças jovens, que apontam para a seguinte realidade do território do Baixo Sul da Bahia:

- A população local é constituída em grande parte por jovens: quase 65% dos habitantes têm até 29 anos e 50% encontram-se na faixa etária inferior aos 20 anos.
- A renda média das famílias das comunidades localizadas à beira do

estuário, advinda da pesca e mariscagem, ou de aposentadorias e programas assistenciais do governo, é inferior a 1/2 salário mínimo: a baixa renda familiar decorre da predominância de métodos primitivos e ou predatórios de pesca (redes de arrasto, de malha fina e pesca com explosivos), que vão contra a sustentabilidade natural dos estuários, diminuindo o estoque pesqueiro.

- Estudos apontam a região do Baixo Sul como um grande potencial para o desenvolvimento de atividades de pesca e de cultivo de organismos aquícolas de forma sustentável devido às suas proteções naturais, grandes extensões de mangue e bacias hidrográficas.
- A região também apresenta uma crescente potencialidade para a comercialização, com aumento significativo na demanda de frutos do mar principalmente em função do crescimento demográfico e do desenvolvimento do turismo (Morro de São Paulo, Boipeba, Guaibim, Barra Grande), ocasionando o aumento das atividades extrativistas da pesca e a necessidade de que esta se torne uma atividade sustentável.
- Necessidade de propiciar trabalho e renda não só ao pescador, como também à população adolescente e feminina, de forma a promover o aumento da renda familiar, maior oferta de empregos e diminuição do êxodo rural.

Diante desta realidade justifica-se a motivação pela qual levou o início dessas iniciativas, tanto por parte dos componentes do Instituto Terraguá, quanto por parte do governo estadual e federal,

através dos programas de apoio e de recursos, bem como o investimento das empresas Petrobrás e a StatoilHydro com os patrocínios realizados.

### **4.3. Parcerias**

Uma das variáveis de maior evolução na história de realização da Escola das Águas é o crescente geométrico no número de parcerias realizadas ao longo dos anos.

A rede de contatos e parceiros do Instituto se mostrou forte desde o início, uma vez que, antes de se edificar o projeto, as articulações já eram feitas e a entidade já participava ativamente de várias ações, encontros, comitês, comissões, cursos e palestras com seus futuros parceiros locais no projeto.

Seus principais parceiros nos primeiros anos de atuação foram:

#### **1 – Agentes locais ligados às atividades de pesca, rurais e de organização socioambiental:**

Colônia de Pesca de Taperoá, Colônia de Pesca de Igrapiúna, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Associação Terra e Água dos Jovens de Acaraí (ATAJA), Associação de Preservação Ambiental de Igrapiúna (APSAI), Associação de Mulheres da Prainha II (AMBAPI), Associação de Jovens em Ação da Mata do Sossego (AJA), Grupo de Jovens da Graciosa, Cooperativa de Agricultores de Ituberá e Baixo Sul (COOAIBASUL) e Instituto Socioambiental Água Viva (IAV).

**2 – Instituições governamentais:** Bahia Pesca, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA-Ituberá), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ministério Público, Petrobrás.

**3 – Instituições de ensino:** Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), Faculdade de Ciências Educacionais (FACE), Centro Interdisciplinar de Apoio ao Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS/ADM/UFBA), Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC (EMARC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

No entanto, as grandes parcerias nas fases de ampliação e consolidação das práticas chegaram posteriormente, quando na visualização e repercussão do projeto, e vieram a compor não somente os apoios técnico e de capacitação, como os recursos financeiros advindos dos programas envolvidos a partir das seguintes entidades:

- PMI (Prefeitura Municipal de Igrapiúna) / Secretaria de Planejamento: município sede da Escola das Águas, o governo municipal sempre apoiou todas as ações do Instituto Terraguá naquilo que fosse possível em relação às articulações, logística, espaço e transporte necessários visando facilitar ao Máximo o acesso das comunidades às ações do projeto.
- MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar e Secretaria de Desenvolvimento Territorial: apoiando ações de formação de agentes de desenvolvimento, de assistência técnica, de crédito rural e fundiário e de desenvolvimento territorial.
- AEGRE (Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia – MDA): projeto em início de execução para atuar em 20 Estados brasileiros, capacitando lideranças quilombolas para elaboração de diagnóstico, plano de desenvolvimento e projetos.

- SRA (Secretarias de Reordenamento Agrário – MDA): projeto em início de execução para atuar junto as Unidades Técnicas dos Estados das Regiões Sudeste e Centro Oeste na inclusão de políticas públicas de juventude no Crédito Fundiário.
- SEMA (Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia): através do convênio para a execução do Projeto Reflorestar, realiza-se a construção de um viveiro de mudas para serem utilizadas na recomposição de áreas degradadas e no fortalecimento do sistema produtivo dos imóveis de pequenos agricultores e cursos de Educação Florestal para agricultores.
- SECTI (Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia): na implantação do Centro Digital de Cidadania (CDC) instalado com a infraestrutura de 11 computadores, cadeiras com acessibilidade para pessoas com deficiência, além de material didático para ser trabalhada a inclusão digital de forma didática.
- SUAF (Superintendência de Agricultura Familiar): recente convênio assinado em 2009, para execução do projeto “Sistemas Integrados de Beneficiamento de Produtos Agrícolas e Aquícolas”, visa o fortalecimento de grupos de jovens e suas famílias por meio da valorização das atividades agrícolas e aquícolas por meio da implantação de uma unidade de defumação, conjugada com a unidade de processamento, visando agregar valor e renda aos produtores, além de contribuir com o desenvolvimento das comunidades rurais e estuarinas do território. Projeto em fase inicial das atividades.
- SECULT (Secretaria de Cultura do Estado): convenio para implantação do Ponto de Cultura com o objetivo de criar o *Memorial da Terra e da Água* (espaço de expressão da história das comunidades, abrigando acervo de objetos históricos e da tradição oral, organizado para visitação de escolas, grupos associativos e turistas) e o *Museu da Imagem e Pessoa* (espaço que abrigará acervos da história da tradição oral, depoimentos de lideranças, grupos culturais, jovens, parteiras, rezadeiras, pescadores, agricultores).
- FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão do Estado da Bahia), SECTI (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação) e (SETRE) Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte: parceria nas ações que visam o fortalecimento dos Núcleos Produtivos de maricultores familiares ligados ao Instituto Terraguá, considerando como foco principal desta proposta a consolidação das Unidades de Defumação e de Processamento de Alimentos, visando à comercialização de produtos com qualidade comercial, através das organizações associativas e cooperativas.
- MP (Ministério Público da Bahia): com o apoio financeiro ao consórcio institucional formado pelas entidades Instituto Aliança, Instituto Água Boa e Instituto Ynamata, projeto denominado Floresta Legal e coordenado pelo Instituto Terraguá.
- SEBRAE (Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa da Bahia): apoio nas ações de capacitação dos jovens em níveis empresariais nas áreas de Administração Rural; Gestão da Qualidade e Comercialização e de Divulgação e atividades de “degustação” em áreas turísticas.
- INSTITUTO ALIANÇA: na implantação do Consórcio Social da Juventude Rural; na execução do Programa Floresta Legal e Formação de uma Rede de Coletores de Sementes no Baixo sul composta por agricultores familiares.

Finalizando, destacam-se os dois maiores patrocinadores, provedores dos recursos necessários ao maior projeto do Instituto, a Escola das Águas, desde o início até o momento, e que sempre acreditaram no protagonismo juvenil: a estatal brasileira de petróleo PETROBRÁS e a estatal norueguês de petróleo STATOILHYDRO, os pilares fundamentais das ações realizadas pelo Instituto Terraguá na organização socioprodutiva de lideranças jovens em áreas rurais e estuarinas do território do Baixo Sul da Bahia.

Desta forma, percebe-se que houve significativo aproveitamento máximo do potencial de parcerias mobilizáveis para a realização do Projeto e que o estabelecimento das parcerias aconteceu durante todo o ciclo do processo, desde a formulação da ideia até a sua implementação, aumentando a cada novo ano.

#### **4.4. Sustentabilidade**

Faz-se importante analisar o projeto em estudo a partir da ótica do desenvolvimento sustentável que admite cinco dimensões de sustentabilidade a serem buscadas, tanto em relação aos resultados como aos impactos do Projeto: sustentabilidade ambiental, social, humana, econômico-financeira e institucional.

No que se refere à **sustentabilidade ambiental**, o Projeto Escola das Águas proveu às comunidades, nas técnicas de piscicultura, possibilidades de manejo adequado do meio ambiente para fins econômicos.

Ao apresentar aos jovens alternativas para o cultivo de peixes e ostras sem a utilização de formas predatórias como a pesca com bomba, largamente utilizada na região do Baixo Sul da Bahia, assegura assim a recuperação dos prejuízos ambientais herdados e a renovação das potencialidades do meio natural para as gerações futuras.

Os jovens também participaram, além de diversas atividades de sensibilização e educação florestal, da construção de um Viveiro de Mudas Florestais na área da

Escola das Águas, com capacidade para produção de 100.000 mudas, sendo 50% de espécies nativas, 25% frutíferas e 25% espécies de crescimento rápido, podendo ou não ser nativa. Estas espécies seriam utilizadas para a recomposição florestal, enriquecimento da área, recuperação de matas ciliares e margens de rios, além do aproveitamento de madeira (utilização de espécies de rápido crescimento) para diversos usos.

A piscicultura e a ostreicultura praticada pelos jovens geram impactos sobre a qualidade do ambiente onde vive as comunidades envolvidas pelo Projeto, uma vez que traz à luz a preocupação com a qualidade da água onde são alocados os tanques-rede evitando os dejetos



(lixo e esgoto) nas barragens dos rios e nos estuários, procurando uma disposição mais adequada para estes.

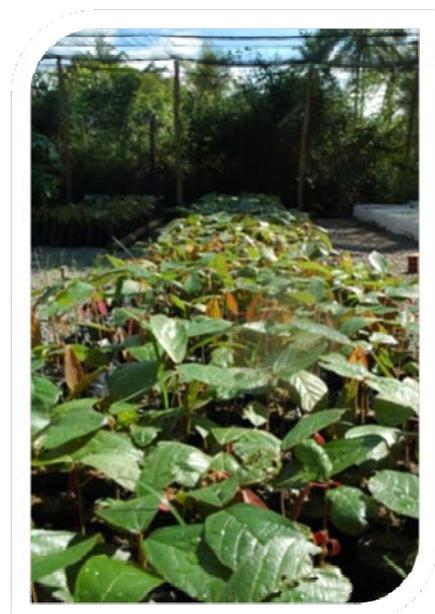
Desde 2009, o Instituto Terraguá promove na semana do meio ambiente a Caminhada Verde, passeata realizada e organizada com o apoio dos núcleos da Escola das Águas e que tem como principal finalidade a conscientização para a preservação ambiental. Durante a caminhada, os jovens identificam e registram os pontos mais degradados pela ação humana e, ao final, inicia-se o debate e reflexões.

Da mesma forma, ao envolver os jovens no projeto Reflorestar e Viveiro de Mudas, incentiva a comunidade a manter o que ainda existe da flora da Mata Atlântica local e de replantar espécies nativas visando o reflorestamento de áreas degradadas e o cumprimento da lei da reserva ambiental por parte dos agricultores familiares.



O Instituto Terraguá expande sua atuação na sustentabilidade ambiental do Território do Baixo Sul de maneira intensa através do Projeto Reflorestar na busca da proteção dos recursos naturais por meio da averbação de Reserva Legal, incentivando e orientando os agricultores locais a preservarem 20% por cento de suas terras em conformidade com a lei, participando e cooperando nas estratégias de proteção ambiental instituídas pelo Plano Estadual de Meio Ambiente.

É uma proposta de proteção aos recursos naturais e recuperação da biodiversidade, compreendendo a proteção legal e efetiva de fragmentos florestais significativos nos imóveis rurais, contribuindo para a regularização fundiária das propriedades, restauração de



áreas degradadas e conectividade da paisagem, em apoio ao desenvolvimento sustentável das atividades produtivas de comunidades tradicionais.

Desta forma, o Terraguá provê capacitação e assistência técnica para as populações rurais e estuarinas, possibilitando a promoção de estratégias de práticas sustentáveis para a ocupação e uso do solo.

Através do Viveiro de Mudas, apoia o reflorestamento produzindo mudas para recuperação de áreas degradadas, manejo de madeira e enriquecimento do sistema produtivo das propriedades.

Diante dos fatos averiguados e considerados anteriormente, avalia-se que o projeto foi efetivamente direcionado para contribuir para a sustentabilidade ambiental local.

Em relação à **sustentabilidade humana**, percebe-se que o Projeto Escola das Águas buscou sistematicamente se orientar pelo princípio da equidade entre os indivíduos e assegurar o desenvolvimento e preservação dos valores, dos conhecimentos, das potencialidades das pessoas, bem como a igualdade de acessos e oportunidades.

Isso se comprova desde a ação de escolha dos jovens a participar do Projeto, ao optar-se pelo processo de Inclusão Qualificada ao invés de um simples processo de Seleção. A Inclusão Qualificada considera a comunidade partícipe do processo de escolha daqueles que farão parte da construção do conhecimento gerado em decorrência das ações do Projeto, ao mesmo tempo em que o participante pactua que o seu aprendizado será disseminado para a comunidade, num ciclo crescente de transferência de informação e aprendizado. Ou seja, a Inclusão Qualificada é uma forma de seleção diferenciada, que utiliza instrumentos educativos e participativos para a identificação de jovens, considerando um determinado perfil definido pelo Projeto.

Desta forma, a condição é igual para todos, mas o jovem que demonstrar habilidade e aptidão estará preparado para desenvolver atividades produtivas na área do cultivo de peixes e ostras.



Seguindo para o currículo integrado do Programa de Formação dos jovens, o desenvolvimento do conhecimento e das potencialidades destes é amplamente oportunizado ao abordar conteúdos que vão desde temas relacionados à Identidade, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, fortalecendo a dimensão humana, social e geoambiental, passando pelos temas específicos de

produção e capacitação sobre Manejo e da Gestão dos Módulos Produtivos (de ostras e peixes, de hortas orgânicas e de trabalhos com material reciclável), na construção de conhecimentos teórico e prático, passando por temas extensionistas de Associativismo, Cooperativismo, Empreendedorismo e Educação pelo Crédito, visando ao desenvolvimento da economia local, considerando o processo de cooperação solidária.

Além disso, ao oferecer capacitações para as jovens e adultas marisqueiras através do curso *Mariscando Saberes*, o Projeto busca a prática do princípio da equidade na percepção da necessidade de envolver também outros gêneros da comunidade. Foram capacitadas 70 mulheres na faixa etária de 19 a 60 anos, de duas comunidades ribeirinhas (Contrato e Timbuco), através de 11 oficinas com carga horária de 96 horas. O conteúdo interdisciplinar envolvia temas nas áreas de Segurança Alimentar, Associativismo e Cooperativismo, Tecnologias em Educação Ambiental, Higiene, Manuseio de Mariscos, Embalagem e Transporte.

Desta forma, criaram-se condições para que também as mulheres, que na cultura local não são incluídas nas atividades produtivas, pudessem desenvolver suas potencialidades dentro da realidade local e com a possibilidade de gerar renda para as suas famílias.

Tais ações acima descritas comprovam que o projeto trouxe verdadeiro retorno no desenvolvimento do conhecimento e potencialidades dos habitantes das comunidades envolvidas.

Seguindo o mesmo contexto, **a sustentabilidade social**, que se orienta pelo princípio do fortalecimento dos elos sociais estabelecidos e próprios da comunidade, também foi amplamente trabalhada durante a execução do projeto e continua até os dias de hoje.

O Projeto estimulou a implementação de políticas públicas e de práticas econômicas comprometidas com a sustentabilidade dos ambientes aquáticos, em conjunto com pescadores, marisqueiros e suas organizações ao criar, em 2008, um fórum de pesca e aquicultura visando à construção por parte das comunidades de um plano de desenvolvimento da atividade no Baixo Sul e imediações.



Através deste fórum, foi possível motivar a organização das comunidades e proporcionar informações e bases técnicas (troca de saberes e construção de conhecimento) e legais (a partir da difusão de Leis referentes ao setor) para os pescadores e aquicultores. O fórum envolve, além das comunidades trabalhadas pelo Projeto, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camamu, a Colônia de Pesca de Igrapiúna, a Associação de Pesca de Camamu, a Universidade Livre do Baixo Sul e o Grupo de Capoeira Kilombolas.

Na busca da inserção dos jovens em atividades produtivas, o Projeto realizou, após a Formação dos Jovens do Consórcio da Juventude Rural, uma oficina com carga horária de 24 horas em cada turma para discutir com os jovens seu processo de inserção no mundo do trabalho, contando com a participação de representantes das entidades parceiras, representantes de órgãos públicos entre outros. A metodologia utilizada buscou a reflexão conjunta sobre as possibilidades de inserção existentes no município e os possíveis parceiros nesse processo, sem a ideia de levar

soluções prontas de cima para baixo, mas de dar subsídios para que as decisões fossem tomadas por eles juntamente com suas famílias e comunidades.

O plano construído junto com os jovens definiu que a inserção produtiva dos jovens do consórcio executado pelo Terraguá se daria por meio da constituição de Associações, da inserção em associações existentes na comunidade, do desenvolvimento de atividade produtiva em propriedade familiar, do acesso ao PRONAF e da inserção no mercado formal.

O fruto destas ações de sustentabilidade social foi a constituição pelos jovens de cinco associações de acordo com a vocação produtiva, afinidade e localização das comunidades.

Posteriormente, sendo provocados pela equipe do Projeto em relação à continuidade da gestão da Escola das Águas, decidiram criar um Grupo Gestor composto de quatro representantes para planejar e definir como se dará essa autogestão, uma vez que sabem que tal espaço deverá ser conduzido pelas próprias comunidades.

Atualmente estão se preparando, tanto para a gestão de seus núcleos produtivos, quanto para a gestão da Escola. Os jovens sentem um grande orgulho por saberem da sua força social, por poderem participar dos debates relacionados à realidade local e por poderem influenciar na formação das políticas públicas para o Baixo Sul da Bahia.

Tais fatos mostram o quanto a inclusão social, a liderança e o fortalecimento da comunidade foram focados durante toda a execução do projeto e que culminará nas próximas etapas da Escola das Águas.

No que tange à **sustentabilidade econômica e financeira**, uma dimensão que é simultaneamente resultado e condição para obtenção de outros resultados, mostra-se a variável de maior atenção no presente momento do Projeto.

Com a discussão atual por parte dos jovens no nível de Associações, a tendência é que eles se organizem de forma a reverter uma parte da lucratividade advinda dos núcleos produtivos (peixes, hortas, artesanato e reciclagem) para a manutenção da Escola das Águas.

Este trabalho de viabilidade econômica é o principal objetivo do Projeto em 2010 e já se iniciou através de algumas ações que visam a criação de um Plano de Sustentabilidade e Viabilidade para a Escola das Águas e para o Instituto Terraguá.

E, finalmente, tratando-se da **sustentabilidade institucional**, condição básica para a concepção da iniciativa e sua continuidade, já explicitado anteriormente em detalhes (item 4.3), verifica-se um amplo leque de parceiros ao longo da execução do Projeto nestes sete anos de existência, principalmente entre as organizações e instituições públicas e de terceiro setor, na arquitetura institucional original.

Avalia-se com alto grau de desempenho o quanto tais parcerias constituem-se os elos centrais para se potencializar os recursos necessários e disponíveis para o fortalecimento dos elos estabelecidos entre os envolvidos.

#### **4.5. Grau de Implementação e Instrumentos de Monitoramento**

Por tratar-se de um item de avaliação amplo e abrangente, a avaliadora optou por aprofundar naquilo que evidencia a maior contribuição do projeto em relação à implementação de suas ações:

os instrumentos de gestão associados ao Programa de Formação dos Jovens, o controle do grau de implementação das ações de capacitação, de desenvolvimento dos processos e das tecnologias utilizadas e os mecanismos de controle adotados mediante o estabelecimento de padrões, medições e formas de monitoramento.

O Instituto Terraguá, utilizando de metodologias inovadoras e garantindo a sustentabilidade humana e social, além de garantir a eficácia de suas ações, criou um conjunto de instrumentos e mecanismos de monitoramento do Projeto Escola das Águas que se mostraram, não somente eficientes em sua praticidade, como também de importante retorno para a verificação da qualidade dos resultados alcançados.

Foi sistematizada uma série de instrumentos metodológicos desenvolvidos e utilizados pelo Instituto Terraguá no decorrer das ações, abrangendo as diversas atividades realizadas.

No que tange à atividade denominada **Diagnóstico Participativo**, aplicada na fase inicial dos projetos, são definidas as comunidades participantes através de instrumentos apropriados que visam conhecer e observar os aspectos físicos/geográficos, a dinâmica interna e as principais atividades econômicas desenvolvidas nas comunidades, além de disseminar informações sobre as propostas e as atividades do Projeto e sobre a atuação do Instituto.

Na fase seguinte, de **Inclusão Qualificada dos Jovens** ao Programa de Formação, também são utilizados instrumentos educativos e participativos para a identificação de jovens, considerando um determinado perfil, definido previamente em documento. Para cada um das etapas (Etapa 1 Palestra Inicial e Inscrição; Etapa 2 Trabalho Individual; Etapa 3 Trabalho em Grupo e Etapa 4: Entrevista) existem instrumentos que são aplicados seguindo uma metodologia formalizada.

Na fase principal do projeto, denominada **Programa de Formação dos Jovens no Currículo Integrado**, se concentram a grande maioria dos instrumentos de referência e de monitoramento.

O Marco Legal para a elaboração da proposta curricular do programa de formação básico é baseado nos *Fundamentos Estéticos, Políticos e Éticos do Novo Ensino Médio Brasileiro*<sup>22</sup> e conceitualmente nos princípios vivenciais do “saber”, “saber ser” e “saber fazer” (conceituais, atitudinais e cognitivos).

Na continuidade, buscando que os jovens possam se tornar aptos ao final do período previsto de formação para acompanharem os cultivos e realizarem a assistência técnica adequada, as atividades são desenvolvidas considerando-se os seguintes aspectos fundamentais no processo formativo:

- Vivencial: Para modificar atitudes e comportamentos, as oportunidades de aprendizagem devem integrar corpo, emoção e intelecto.
- Dimensão Reflexiva: Para expressar emoções, fazer catarse não é suficiente para integrar novos comportamentos.
- Dimensão Dialógica: Pressupõe que a aprendizagem da convivência democrática pressupõe a possibilidade de direito de expressão de cada pessoa

---

<sup>22</sup> O texto "Fundamentos Estéticos, Políticos e Éticos do Novo Ensino Médio Brasileiro" é parte integrante do documento Parecer CEB nº 15/98 BRASIL/CNE. Embora dirigido ao Ensino Médio, trabalha os princípios que devem ser respeitados em toda a Educação Básica Brasileira.

- Dimensão metacognitiva: Aprender significa examinar todo o caminho percorrido, verificando onde ele nos leva, como e por que nos levou aonde levou.
- Dimensão proativa: Um conhecimento torna-se produtivo quando passa a ser utilizados para modificar o ambiente numa direção considerada desejável.

Durante todo o processo de formação, são utilizados instrumentos de avaliação e acompanhamento de **Frequência**, para acompanhar assiduidade, compromisso e interesse pelo programa e/ou atividade proposta; de **Satisfação**, para verificar o grau de motivação, satisfação, expectativa e liberdade de expressão, do ponto de vista dos participantes; e de **Conhecimento**, para verificar o grau de conhecimento, fruto da participação nas oficinas, teóricas e práticas.

Além disso, a Coordenação do Projeto Escola das Águas utiliza instrumentos de monitoramento e de resultados específicos para uma visão mais ampla da qualidade e grau de implementação do projeto através de acompanhamento do cumprimento dos Planos de Trabalho de cada profissional, Planos de Ação por Núcleos, Diários de Bordo, Relatórios de Ações Realizadas e Relatório de Dados Consolidados de Monitoramento e Avaliação.

Para os patrocinadores, são elaborados e enviados Relatórios Parciais e Anuais de ações realizadas confrontadas com as ações propostas no Projeto Inicial, os quais na maioria das vezes, no caso do Instituto Terraguá, não apenas são cumpridos como ampliados frente à concepção inicial. Algumas ações que não são realizadas na íntegra se devem ao fato de ocorrência de mudanças estruturais ou na realidade local que os leva a um remanejamento das ações, mas em nenhum momento deixam de seguir na direção da missão e objetivos tratados e consolidados pelo Instituto Terraguá com seus parceiros e patrocinadores.

#### **4.6. Pioneirismo**

Apesar do trabalho com a juventude rural não ser uma iniciativa pioneira no Brasil, haja visto tantas outras organizações que buscam fazê-lo, a grande diferença do Projeto Escola das Águas passa por linhas tênues, analisadas a seguir.

O Instituto Terraguá, em sua concepção de origem, estabeleceu o protagonismo juvenil como uma de suas principais estratégias e assim o fez, uma vez que o conceito de protagonismo juvenil é a participação do adolescente na busca de soluções dos problemas reais que o cercam e o afetam, social, ambiental, política e economicamente.

Em conformidade com o proposto, o pioneirismo do Projeto pode ser observado ao estar sempre incitando os jovens das comunidades rurais a participar dos processos e dos resultados das ações como interlocutores e parceiros. Infelizmente muitas organizações do terceiro setor, ao trabalharem com projetos que envolvem a juventude, trazem às comunidades um conjunto de propostas prontas, decisões tomadas em escritórios e tecnologias não adequadas à realidade local, fruto da prática extensionista convencional, estruturada para transferir pacotes tecnológicos.

A nova proposta do Projeto Escola das Águas do Instituto Terraguá passa pelo uso de metodologias participativas, privilegiando o potencial endógeno das comunidades, resgatando e interagindo com os conhecimentos dos agricultores familiares. Desta forma, os jovens são sujeitos

do planejamento e consecução de seus propósitos e agentes de desenvolvimento de sua comunidade.



A equipe do Projeto desempenha seu papel de agentes educativos, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. As ações dos técnicos do Instituto Terraguá demonstram claramente uma ruptura com o modelo extensionistas com enfoque claramente “transferencista”, substituindo-os por novos enfoques metodológicos e outro paradigma tecnológico. Tais ações formam a base para que a entidade venha a atuar como extensão rural pública e alcançar novos objetivos.

Além disso, outro pioneirismo a que se deve este Projeto é a própria construção de um espaço físico para as comunidades, a Escola das Águas, visando que esta seja gerida pelos próprios jovens e membros das comunidades. Este é uma tentativa bem sucedida e pioneira em tangibilizar as ações do projeto e empoderar os jovens daquilo que a eles compete, ou seja, ser sujeito ativo do seu futuro no desenvolvimento sustentável do seu território.

#### **4.7. Inovação**

Elemento propulsor do dinamismo e das mudanças, a inovação continua a representar um desafio para as organizações do terceiro setor no Brasil, que ainda carece de conscientização quanto à sua importância como principal caminho na busca de um maior empoderamento da sociedade civil. Daí a importância de buscar metodologias criativas para os processos inseridos nos projetos sociais.

O termo *inovação tecnológica* pode ser utilizado quando a inovação é resultado da aplicação de conhecimentos obtidos através de pesquisas científicas aplicadas ou experimentações empíricas vivenciadas na realidade-objeto.

Tratando-se de inovações nas organizações de terceiro setor, a inovação nos projetos sociais está associada à introdução de novos conceitos, tecnologias, metodologias ou formas de gestão para a implementação do projeto e deve ser avaliada dentro do contexto local onde a prática foi realizada.

A partir deste princípio, percebem-se várias inovações introduzidas pelo projeto Escola das Águas, consideradas anteriormente quando foram avaliadas a sustentabilidade humana e social, maior área de processos inovativos do projeto.

Conforme explicitado nos item 3.6 e 4.4, as inovações tecnológicas da Escola das Águas são comprovadas pelo desenvolvimento e utilização de instrumentos de Inclusão Qualificada dos Jovens ao ingressarem no projeto; a própria metodologia de Formação em seu conteúdo inovador e prático, apresentando um grande corte na preparação destes jovens para exercerem seu papel

de cidadãos na participação da criação das políticas públicas em seu território; e o modelo participativo de Gestão da Escola das Águas, envolvendo a participação das associações criadas pelos próprios jovens.

Tais metodologias, que a princípio parecem pontuais, na verdade culminam na construção de uma ampla e inovadora metodologia estratégica de Desenvolvimento Territorial englobando todas as comunidades (núcleos) trabalhadas pelo Instituto Terraguá (Tabela 10), uma vez que a política territorial é uma política governamental de desenvolvimento territorial e que, no caso do Instituto Terraguá, vem utilizando o desenvolvimento econômico (produção) para atingir o desenvolvimento social, de forma a integrar determinada região em seus aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Tabela 10 – Quadro Síntese da Estratégica Territorial 2010

<b>Territórios (Núcleos Comunidades)</b>	<b>Educação para Desenvolvimento</b>	<b>Desenvolvimento Territorial</b>	<b>Ações</b>
1. Acaraí	<u>X</u> Escola das Águas		Emp. Econ., Piscicultura, Ponto de Cultura Gestão Escola das Águas
2. Graciosa	<u>X</u> Escola das Águas		Piscicultura, Ostricultura, Pesca Artesanal Gestão Escola das Águas, Emp. Econ.
3. Mata do Sossego	<u>X</u>	X	Piscicultura, Horta, Coleta de Sementes, Ponto de Cultura, Gestão Escola das Águas
4. Limeira	<u>X</u>		Reciclagem, Ponto de Cultura, Gestão Escola das Águas
5. Prainha		<u>X</u>	Horta, Reg. Ambiental, Gestão Escola das Águas
6. Laranjeiras	X		Horta, SAF, Colheita de Sementes, Regulação Ambiental, Ponto de Cultura, Gestão Escola das Águas
7. Maria Ribeira		X	Horta, SAF, Regulação. Ambiental, Colheita de Sementes
8. KM 6		X	Horta, SAF
9. Pau D'Óreo (Sede)	X	X	Ponto de Cultura, CDC, Viveiro
10. Pinheiro		X	Horta, SAF, Reserva Legal, Colheita de Sementes

FONTE: Relatório Instituto Terraguá – Sumula de Reunião Institucional realizada em 06 e 07/05/2010

#### **4.8. Replicabilidade**

A partir de suas ações de caráter educativo, com ênfase na pedagogia da prática, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis, o Instituto Terraguá busca sempre pautar suas intervenções de forma democrática, adotando metodologias participativas, construtivistas e humanistas, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local.

Na prática, isso se traduz pela facilitação de seus processos coletivos que foram capazes de resgatar a história dessas comunidades, identificar seus problemas, ajudá-los a estabelecer prioridades e juntos planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades das comunidades envolvidas.

O compromisso do Instituto com o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais foi claramente demonstrado ao incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de seus projetos e programas. A inclusão das populações de produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, enfatiza a busca da inclusão social da população rural mais pobre do Território do Baixo Sul da Bahia como elemento central de todas as suas ações.

Tal respeito também se consagra na medida em que as ações de seus projetos privilegiam o potencial endógeno das comunidades e território, resgatando e interagindo com os conhecimentos dos agricultores familiares e outros que vivem e trabalham em regime de economia familiar, estimulando o uso sustentável dos recursos locais.

Nas atividades do Núcleo de Piscicultura, as ações partiram do conhecimento e análise dos agroecossistemas e dos ecossistemas aquáticos, adotando um enfoque holístico e integrador de estratégias de desenvolvimento, além de uma abordagem sistêmica capaz de privilegiar a busca de equidade e inclusão social, bem como a adoção de bases tecnológicas nos cultivos e na despesca que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas.

#### **4.9. Transversalidade**

Uma das grandes potencialidades utilizadas pelo Instituto Terraguá foi a possibilidade de se relacionar com outros programas.

Talvez pela própria característica da instituição e de seus direcionadores, a Escola das Águas já nasceu buscando a transversalidade, participando de fóruns de pesca, de agricultura, interagindo com programas estaduais de assistência técnica rural, integrando-se com programas de pesquisa e de gestão de escolas e faculdades e, principalmente, buscando agregar ao projeto principal da Escola das Águas, projetos que convergissem em ganhos para as comunidades, não somente econômicos, mas também culturais e sociais.

Isso é comprovável por perceber-se, ao visitar o espaço da Escola das Águas, a convergência das ações de diversos programas, já descritos anteriormente, de caráter estadual e federal como Ponto de Cultura, Centro Digital de Cidadania Viveiro de Mudanças, Programa Floresta Legal e Rede de Coletores de Sementes.

## 5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, faz-se necessário evidenciar os principais pontos de considerações, entre muitos, advindos da grande e ampla experiência com a execução do projeto Escola das Águas por parte do Instituto Terraguá.

Evidencia-se:

- A importância da parceria com o governo e suas instâncias, uma vez que complementa as ações através dos possíveis apoios bem como o sentimento de valorização que os envolvidos sentem ao saber que o projeto no qual estão inseridos é apoiado pela prefeitura municipal e/ou governo estadual/federal. A presença destes através de seus representantes nos maiores eventos promovidos pelo projeto. Agrega-se a isso também de outro lado, a visibilidade do município/governo e abertura para outras iniciativas: uma via de mão dupla.
- O comprometimento do Instituto Terraguá em materializar sua iniciativa a partir da edificação física da Escola das Águas, saindo do abstrato da maioria das ações de capacitação e formação de pessoas realizadas por projetos sociais, para a materialização do desejo do inconsciente coletivo daquelas comunidades envolvidas através de uma estrutura física de referência. O projeto criou um real e concreto espaço para os jovens, onde eles se sentem como em sua casa, podendo congrega e se integrar com outros jovens de outras comunidades e podendo inclusive gerir um empreendimento social que é dele e ao mesmo tempo de todos, aprendendo a conviver e a vivenciar decisões e escolhas. Em um âmbito de municipalidade, o erguimento do edifício da Escola das Águas valorizando o município de Igrapiúna, um dos menores da região, atualmente uma referência em projetos sociais do Território do Baixo Sul.
- A oferta de alternativas para os jovens do Baixo Sul da Bahia: o Instituto oferece um outro caminho de conhecimento e produtividade a jovens de comunidades que não possuem nenhuma outra perspectiva a não ser continuar o trabalho realizado pelos seus pais, na maioria das vezes de forma degradante e não sustentável para o meio ambiente, limitados pela condição social, cercado de oportunidades de levar-se pelas drogas e pela bebida, sem estímulos maiores, sem visão de futuro.



- O envolvimento e intercâmbio dos jovens com outros jovens de comunidades, cidades e estados diferentes. Foi de grande importância o fato do Terraguá promover encontros entre os jovens locais e levá-los a eventos e cursos em outras localidades e estados, de forma a abrir o leque de visão destes, que na sua maioria nunca saíram de suas comunidades, promovendo a troca de impressões e experiências. Desta forma eles percebem que sua realidade também é a de outros e que eles têm o poder para mudá-la, que isso é possível. Essa é uma ação determinante de novos comportamentos, de ampliação da visão, de percepções decisivas na vida desses jovens.
- As mudanças comportamentais advindas direta e indiretamente da participação no projeto: a maioria dos jovens participantes aprenderam a valorizar o estudo, a leitura, a informação e a formação, levando a experiência vivenciada para suas casas, melhorando o ambiente familiar e social, participando mais ativamente da vida política do local onde está inserido, sabendo lutar pelos seus direitos e influenciar na formação de políticas públicas voltadas para as necessidades de sua comunidade e território.

Enfim, o Instituto Terraguá testou um modelo que deu certo: na primeira fase do projeto, quando ainda era denominado Maricultura Sustentável, foi possível definir o modelo de cultivo na região, de organização dos grupos produtivos, de diagnóstico participativo, de inclusão qualificada dos jovens, de formação e de acompanhamento, gerando assim os instrumentos metodológicos da Escola das Águas, que norteou todas as demais ações de continuidade do projeto, bem como de sua replicabilidade.

Desta forma, a grande lição aprendida a ser repassada para outras instituições sociais é a da importância de se estruturar uma metodologia a partir da prática aplicada, criando assim uma tecnologia própria de implementação do projeto, constando de instrumentos metodológicos previamente testados e com resultados assegurados, o que traz maior confiança na ampliação de parceiros e patrocinadores.

É disso que o Brasil Social precisa!

## REFERÊNCIA

### LIVROS:

- GIL, Antônio Carlos. *Administração de Recursos Humanos: um enfoque profissional*. São Paulo : Atlas, 1994.
- GODOY, Arilda Schmidt. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 62 e 63, jul./ago. 1995 a.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza, SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 244, jul./set. 1993.
- RICHARDSON, Roberto Jarry et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo : Atlas, 1989.
- RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo : Atlas, 1987.

### DOCUMENTOS DO INSTITUTO TERRAGUÁ:

- Relatórios Anuais, 2003 a 2009.
- Projetos Elaborados, 2003 a 2009.
- Súmulas de Atas de Reuniões, 2003 a 20010.
- Histórico Atualizado Terraguá, 2010.
- Planos e Diretrizes Terraguá, 2010.
- Instrumentos Metodológicos do Projeto Escola das Águas, 2008.
- Instrumentos e Indicadores Instituto Terraguá, 2010.
- Proposta de Agenda da Semana do Meio Ambiente, 2010.
- Destaques Maricultura Sustentável, 2005.

### OUTROS DOCUMENTOS:

- Estudo de Caso Mucugê IBAM, 2007.
- Estudo de Caso APAEB Valente, 2007.
- Planilha IBGE População Municípios, 2007.
- Termo de Referência para Estruturação de Estudos de Caso do IBAM, 2000.

### SITES:

- [www.caixa.gov.br/acaixa/melhores\\_praticas](http://www.caixa.gov.br/acaixa/melhores_praticas) – Site da Caixa Econômica Federal sobre o Programa Melhores Práticas de Gestão Local
- [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br) – Site oficial do Ministério da Cultura
- [www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br) – Site do Instituto Brasileiro de Administração Municipal
- [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) – Site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br) – Site oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário
- [www.nesst.org](http://www.nesst.org) – Site oficial da ONG NESt Internacional
- [www.sema.ba.gov.br](http://www.sema.ba.gov.br) – Site oficial da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia
- [www.territoriosdacidadania.gov.br](http://www.territoriosdacidadania.gov.br) – Portal da Cidadania do Governo Federal

### FOTOS:

- Camiel Kuiper
- Arquivo Escola das Águas